



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO  
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA - (ILAESP) SERVIÇO  
SOCIAL**

**JUVENTUDE CONSERVADORA E A EROSÃO DE DIREITOS: O DISCURSO  
DOS MOVIMENTOS DA NOVA DIREITA BRASILEIRA E A AMEAÇA AOS  
DIREITOS DA JUVENTUDE**

**CAROLINE COPETTI DE VARGAS**

**2025**

**FOZ DO IGUAÇU - PR**



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO  
DE ECONOMIA, SOCIEDADE E  
POLÍTICA - (ILAESP) SERVIÇO  
SOCIAL**

## **CAROLINE COPETTI DE VARGAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Cristiane Sander

2025

**FOZ DO IGUAÇU — PR**

CAROLINE COPETTI DE VARGAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Cristiane Sander

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiane Sander

UNILA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

UNILA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Édina Mayer Vergara

UNILA

Foz do Iguaçu, 2025

*Ao meu filho, Francisco, que é todo meu amor materializado.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e Nossa Senhora de Fátima pela oportunidade e a benção divina de encontrar o meu propósito profissional.

Agradeço a minha família que me apoiou por todo o período da faculdade, meu companheiro Ney, minha mãe Ivone, minha sogra Lisete, meu irmão André Leon e minha cunhada Marlla Caroline.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Sander, por ter me acompanhado neste trabalho de curso e ter me apresentado com tanto amor e convicção a pauta da juventude, que sigamos juntas no caminho da pesquisa e dedicação.

As professoras do Curso de Serviço Social da UNILA, principalmente a Prof. Claudiana, pelo carinho, dedicação e empatia pelos seus alunos e a Prof. Édina por me encantar em suas aulas e aceitarem participar dessa banca.

*Please picture  
me In the  
weeds  
Before I learned civility  
I used to scream  
ferociously  
Any time I  
wanted Taylor Swift  
— Seven*

## RESUMO

O trabalho investiga a emergência de um movimento organizado de juventude conservadora no Brasil, buscando compreender o problema de como os discursos desse movimento de extrema-direita afetam e tentam erodir os direitos sociais dos jovens garantidos pelo Estatuto da Juventude (EJUVE) de 2013. Para isso, utilizou-se uma metodologia exploratória, com coleta de dados a partir de material audiovisual de redes sociais e canais digitais, seguida de análise de conteúdo embasada no referencial do Serviço Social. A análise sócio-histórica partiu dos processos posteriores a junho de 2013, marcados pela financeirização da economia global e a reorganização da direita brasileira. A principal conclusão é que esse movimento conservador jovem, com sua agenda reformista, representa uma ameaça direta aos direitos conquistados, articulando discursos que combinam neoliberalismo econômico, autoritarismo político e um moralismo que contribui para naturalizar a exclusão social, promovendo agendas punitivistas, antipopulares e antidemocráticas que confrontam os direitos assegurados pelo EJUVE.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento; Juventude; Direitos; Conservadorismo.

## RESUMEN

El trabajo investiga el surgimiento de un movimiento organizado de juventud conservadora en Brasil, buscando comprender el problema de cómo los discursos de este movimiento de extrema derecha afectan e intentan erosionar los derechos sociales de los jóvenes garantizados por el Estatuto de la Juventud (EJUVE) de 2013. Para ello, se utilizó una metodología exploratoria, con recolección de datos a partir de material audiovisual de redes sociales y canales digitales, seguida de un análisis de contenido basado en el marco teórico del Trabajo Social. El análisis sociohistórico partió de los procesos posteriores a junio de 2013, marcados por la financiarización de la economía global y la reorganización de la derecha brasileña. La principal conclusión es que este movimiento conservador juvenil, con su agenda reformista, representa una amenaza directa a los derechos conquistados, articulando discursos que combinan neoliberalismo económico, autoritarismo político y un moralismo que contribuye a naturalizar la exclusión social, promoviendo agendas punitivistas, antipopulares y antidemocráticas que confrontan los derechos asegurados por el EJUVE.

**PALABRAS CLAVE:** Movimiento; Juventud; Derechos; Conservadurismo.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEJUVENT	Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
DEM	Democratas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM	Fundação do Bem-Estar do Menor
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Partido Liberal
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSL	Partido Social e Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SGPR	Secretaria-Geral da Presidência da República
SINAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
TTs	<i>Think Thanks</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 NEOCONSERVADORISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE JOVENS ORGANIZADOS DA EXTREMA DIREITA.....</b>	<b>12</b>
2.1 DAS THINKS THANKS A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA DIREITA BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013.....	15
<b>3 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DA JUVENTUDE COMO DIREITO SOCIAL.....</b>	<b>28</b>
3.1 A CATEGORIA SOCIAL JUVENTUDES E CARACTERIZAÇÃO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS.....	29
3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA POLÍTICA PARA A JUVENTUDE.....	33
<b>4 O DISCURSO DOS MOVIMENTOS DA NOVA DIREITA BRASILEIRA E O ATAQUE AOS DIREITOS DA JUVENTUDE.....</b>	<b>43</b>
4.1 QUEM REPRESENTA A JUVENTUDE CONSERVADORA?.....	45
4.2 OS ATAQUES A EDUCAÇÃO, A DEMOCRACIA E A IGUALDADE.....	50
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário político e social do Brasil passou por profundas mudanças nas últimas décadas. Acontecimentos como a onda de manifestações em junho de 2013 e o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2015, são consequências de uma mudança ideológica na sociedade. Mudança ideológica que também afetou a juventude brasileira. A emergência de uma juventude conservadora organizada, traz questionamentos e reflexões sobre a expansão do neoconservadorismo na América Latina, e o impacto dos seus discursos nos direitos já solidificados a partir do Estatuto da Juventude (Lei 12.852 de 2013), marco legal que assegura direitos básicos a essa parcela da população.

Segundo Severo (2020), um dos elementos cruciais que fundamentam a ascensão da extrema-direita no cenário mundial reside nos ciclos de acumulação do capital e no estágio atual do capitalismo financeiro. Este estágio, em particular, induz modificações profundas nas relações entre capital e trabalho, impactando tanto o comportamento do capital quanto às formas de organização, gestão dos processos de trabalho e a exploração da mais-valia, elementos inerentes à própria reprodução do sistema capitalista (Severo, 2020, p. 17).

Dito isto, por um lado temos um cenário de financeirização da economia que traz consigo impactos sociais inerentes, posto que a economia mundial se encontra suscetível integralmente aos interesses dos mercados que, por sua vez, configuram atualmente os elementos determinantes das decisões políticas (entre elas eleições) ao nível global. Estes interesses estão em disputa, sendo incorporados em maior ou menor medida em dadas plataformas políticas. Desse modo, as sociedades encontram-se hoje subordinadas às políticas econômicas que são interligadas e determinadas por poucos conglomerados que detêm o capital financeiro do mundo (Severo, 2020, p.17).

A partir dessa conjuntura, este trabalho investiga a emergência de um movimento da juventude conservadora no Brasil a partir de 2013, momento de ruptura no contexto político brasileiro com o surgimento da nova direita brasileira (Rocha, 2019).

Assim, o estudo está dividido em três capítulos a fim de cumprir com os objetivos específicos para a construção do trabalho, as quais são: primeiro, uma breve recapitulação dos acontecimentos históricos que ocorrem a partir de 2013 e

culminam na criação de movimentos de jovens de direita. Segundo, analisar o processo histórico de criação e institucionalização do Estatuto da Juventude, discutindo principalmente sua importância enquanto principal marco legal de direitos da juventude. Por fim, em terceiro, analisar a partir do material recolhido as mídias e canais digitais, as falas e discursos que diferem da Lei e afrontam os direitos da juventude. Desta forma, a metodologia utilizada foi de uma pesquisa exploratória, em que tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com intenção de torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Também foi utilizado levantamento bibliográfico, a coleta de dados a partir do material audiovisual publicados em sites como o *Youtube*, e em livros autorais. Em seguida com a análise do conteúdo a partir do referencial teórico e bibliográfico do Serviço Social (Gil, 2002). Dessa forma, permite compreender a mentalidade e as principais pautas da juventude conservadora e desvendar os desafios e ameaças aos direitos sociais da população jovem.

A motivação pessoal para a escolha do tema, vem do interesse em temas como conservadorismo, extrema-direita e o contexto social e político do Brasil. Além disso, a aproximação com a temática da juventude a partir da participação no projeto de extensão Juventudes e Direitos alimentou o interesse sobre o tema.

Esse trabalho se justifica a partir da relevância de desmistificar os discursos conservadores, entendendo que as palavras proferidas se transformam em ações políticas que podem impactar diretamente a vida da população.

## **2 NEOCONSERVADORISMO E A CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO DE JOVENS ORGANIZADOS DA EXTREMA DIREITA**

Neste capítulo procura-se delinear a partir dos processos sócio-históricos que ocorreram no Brasil a partir de 2013 as principais características do neoconservadorismo. Posteriormente, é realizada uma breve análise do contexto social e político do Brasil que permitiu a emergência de um movimento da juventude conservadora. Desse modo, partindo do arcabouço de conhecimento já produzido no Serviço Social, tem por objetivo identificar as características principais do neoconservadorismo e sua influência enquanto impulsionador da construção de um movimento da juventude conservadora no Brasil. Portanto, cabe uma breve conceituação da categoria “neoconservadorismo” a partir do da teoria social crítica.

Observando os fundamentos da herança conservadora, conforme lamamoto (2004), o conservadorismo moderno emerge a partir de uma transformação histórico-social inédita: a emergência da classe burguesa “como protagonista do mundo capitalista”. Como fenômeno ideológico, o conservadorismo é o movimento que se inspira em um modo de viver do passado, “[...] que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista” (lamamoto, 2004, p. 21–22)

Ou seja, a manifestação do conservadorismo em nossa sociedade ocorre através do modo de produção capitalista, para manter e perpetuar estruturas de poder na luta de classes. Entretanto, as recorrentes crises do capital e a necessidade de reestruturações produtivas fez com o conservadorismo clássico, fosse se metamorfoseando para atender as demandas atuais do capital:

Algumas de suas características iniciais foram revertidas, outras, intensificadas, além daquelas que se constituem como novas em relação ao período fundador. Essas transformações têm como fundamento histórico o desenvolvimento das contradições do sistema do capital (desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção). Contradições que se particularizam do período de consolidação dos monopólios e da atual crise estrutural, que se arrasta insuperavelmente (MÉSZÁROS, 2002). Essa crise tem implicações conhecidas para a luta de classes e para o terreno amplo das alienações e ideologias. Esse fundamento histórico, explorado e antecipado por Marx e desenvolvido pela melhor tradição marxista, é pressuposto indispensável para o debate que objetiva atualizar algumas determinações centrais do sistema de

ideias conservador. (Souza, 2015 p.3)

No caso brasileiro, o conservadorismo tem em sua função ideológica, conforme abordado por Barroco (2015), além dos valores como a preservação da tradição e os costumes, “um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo” (Barroco, 2015, p.624). Os valores arraigados pela oligarquia agrária desde a colonização permanecem no palco de discussões políticas, como aponta Marchesan:

O que nos torna preso a esses regimes que segmentam a política brasileira até os dias atuais pode ser visto no congresso nacional e a força que membros descendentes do patriarcalismo agrário, formando bancadas de pensamento e atitudes propostos de viés conservador e ruralista, além de armamentista e de forte cunho religioso cristão. Passaria séculos para superá-los sendo que tais tiveram importância na construção social e econômica do país, uma influência acentuada e negativa dentro da história do país (Marchesan, 2018, p.4).

Portanto, o que denominamos aqui de Neoconservadorismo brasileiro, é a soma das características do conservadorismo tradicional, a incorporação da cartilha econômica neoliberal propagada a partir da crise mundial do capitalismo dos anos de 1970 e os sistemas de opressão de raça, classe e gênero derivados de um passado de escravização e desigualdades que marcam as dinâmicas sociais da sociedade brasileira (Barroco, 2015).

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.(Barroco, 2015 p.625).

Conforme exposto por Barroco (2015), algumas categorias se destacam no ideário neoconservador com funções edificantes da sociabilidade e política. A moral está neste rol de elementos fundantes. A ideia de uma sociedade em que homens e mulheres são governados a partir de uma crença em uma ordem moral sólida. Uma boa sociedade é aquela em que seus indivíduos possuem um forte senso de justiça e honra, e uma clara definição de certo e errado.

A partir desse pensamento, compreende-se que para os (neo)conservadores, “as expressões da questão social são consequência de uma desagregação moral” (Barroco, 2015, p.625). A autora aponta ainda que muitas das críticas apontadas pelos conservadores ao Estado de Bem-Estar Social — *Welfare State*<sup>1</sup> — são reduzidas a termos morais, mais objetivamente a decadência dos valores tradicionais e familiares.

A expressão questão social<sup>2</sup> surge a partir do século XIX, para explicar os efeitos sócio-políticos do pauperismo — pobreza generalizada causada pelo crescimento do modo de produção capitalista — ao longo do tempo, as expressões da questão social foram se modificando conforme o próprio sistema de exploração da classe trabalhadora também sofria processos de reestruturação (Netto, 2001). Dessa forma, o Estado precisa intervir como mediador principal dos conflitos entre classe burguesa e classe econômica, ou, como se diz, o conflito entre capital e trabalho, o elemento central da questão social. A questão social, enquanto consequência das relações sociais responsáveis pela produção material, se manifesta “[...] a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado e financeirizado do capitalismo contemporâneo.” (Raichelis, 2010, p. 754). Em concordância, Iamamoto (2001, p.10) afirma que a questão social é “[...] parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”.

Netto (2001), também aborda a conversão da questão social como “objeto de ação moralizadora” ao discutir sobre a naturalização da mesma pelo conservadorismo logo após a Revolução de 1848 e emergência da classe burguesa enquanto classe dominante. Segundo o autor, ao se tratar da questão social pelo viés burguês-conservador:

---

<sup>1</sup>Segundo Boschetti (2003, p. 62) “O termo *welfare state*, uma das expressões mais utilizadas a partir de meados do século XX, para designar o ‘conjunto’ de políticas sociais que erigiram com base no modelo fordista-keynesiano, por exemplo, é utilizado, muitas vezes, de modo impreciso, seja para designar todo e qualquer tipo de política social implementada, seja para reduzir seu escopo à esfera de políticas específicas.”

<sup>2</sup> Neste trabalho não será feito o uso de aspas na categoria questão social. Justifica-se a partir de Netto (2001) que o Serviço Social acumulou conhecimento que o capacita a não mais compreender essa temática a partir do pensamento conservador. O conservadorismo tem como característica a naturalização das expressões da questão social, ao negar que as mesmas sejam consequência direto da exploração capitalista sobre o trabalho, presente no modelo de sociedade burguesa. Portanto, o conhecimento acumulado pelo Serviço Social possibilita uma compreensão da questão social que se distancia da naturalização conservadora;

[...] o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da 'questão social' é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar. (Netto, 2001, p.44)

No cenário atual, temos uma perpetuação da moralização da questão social, apontada por Barroco como, “típica do neoconservadorismo”. Porém, com uma diferença relevante: se no início do século XX temos um Serviço Social inspirado no ideário católico de moralização e ajustamento moral dos indivíduos, a face violenta do Estado se revela a partir das reestruturações do capital, indicando “soluções punitivas” retomando o tratamento das expressões da questão social tendo base na violência e não na presunção de justiça social, equidade e liberdade (Barroco, 2015).

A partir do exposto, abordaremos em seguida a emergência da nova direita brasileira, e como esse movimento político articulou o discurso neoconservador que, ao mesmo tempo, moraliza a questão social, aprofunda a criminalização da pobreza e defende a violência do estado como mecanismo de controle às desigualdades.

## **2.1 DAS THINKS THANKS A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA DIREITA BRASILEIRA: BREVE HISTÓRICO DA EMERGÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013**

Os grupos conservadores formados por jovens, vem se formando a partir de 2000, nos chamados *Think Thanks* (TTs), porém identifica-se uma radicalização dos movimentos de direita no Brasil, que surgem a partir de um acontecimento emblemático na história recente do país.

Uma definição precisa da categoria *think thanks* continua em debate, pois conforme Hauck (2015, p.27), não ocorreu ainda durante as últimas décadas um desenvolvimento teórico e conceitual que permitisse uma definição clara. Essa indefinição, porém, não impede de delinear alguns pontos sobre a

categoria: assim, entende-se que as *thinks thanks* são atores políticos de relevância no cenário nacional e internacional que tem como característica principal a autonomia e independência na organização, sendo grande objeto de pesquisa entre 1990 e 2000. Uma das aproximações teóricas analisadas é o trabalho de McGann e Jonhson (2005, p.12 apud e tradução Hauck, 2015 p. 32) que entende as *think thanks* como “organizações de pesquisa, engajamento e formulação de políticas que tem significativa autonomia do governo e dos interesses sociais tais como empresas, grupos de interesse e partidos políticos”. Os autores advertem que essa independência nem sempre ocorre do ponto de vista de financeiro, que é comum que em países em desenvolvimento em que há a iniciativa de realizar pesquisa, a dependência gerada pelo financiamento econômico de grandes capitais empresariais, é obstáculo.

TTs realmente independentes, não afiliados, são, em muitos lugares, um modelo pouco plausível que levará muitos anos até que países em desenvolvimento e transicionais adotem e incorporem como parte de sua estrutura política e social. Dessa forma, por seus laços de dependência financeira, os TTs frequentemente representam pontos de vista pré-formados mais do que tentativas neutras de análises racionais (MCGANN e JONHSON, 2005, p. 13, apud e tradução Hauck, 2015 p.33).

Entendemos que a proposta conceitual de McGann e Jonhson (2005) abordada, se mostra ultrapassada diante das novas dinâmicas sociais e políticas implicadas pelo sistema capitalista. Hart e Vromen (2008, apud Hauck, 2015) afirmam que uma nova geração de *thinks thanks* surge em contraste com os demais modelos, com novos objetivos e metodologias voltadas principalmente para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e a globalização. Essa nova geração é impulsionada pelo desenvolvimento da internet que tem como consequência o barateamento do custo financeiro e humano para a criação e manutenção das TTs: “organizações quasi-virtuais: uma equipe permanente (bem) pequena que gerencia uma, muitas vezes, extensiva rede de especialistas, financiadores, parceiros e clientes” (Hart e Vromem, 2008, p.137 apud e tradução Hauck, 2015, p.40).

Nessa nova perspectiva, as TTs funcionam mais como uma empresa oferecendo um produto que se difunde através do discurso para clientes na arena política, se tornando “empreendedores de políticas”:

não é mais só sobre produzir pesquisa mas sim sobre localizar pesquisa; e não é mais sobre alavancar suas próprias ideias mas sobre efetiva corretagem, isto é, organizar a interação entre e por meio do discurso conectar fornecedores e consumidores no mercado de ideias de políticas (Hart e Vromen, 2008, p. 137, apud e tradução Hauck, 2015 p.40)

Em síntese, portanto, trataremos as *thinks thanks* como entidades se utilizam das TICs e meios digitais para a difusão de informações sobre temas nichados, voltados principalmente a economia e a política. Dessa forma, tendem a influenciar o debate político e as decisões tomadas pelos atores políticos.

Assim, no Brasil, movimentos de direita que se tornaram protagonistas no cenário político como o Movimento Brasil Livre (MBL), Escola sem Partido, advindo de *Think Thanks*, “introduziu uma nova agenda política voltada especialmente para a conquista do espaço político, inserção entre os jovens e base política nos espaços dominados por parcelas progressistas das juventudes” (Moreno, 2021, p. 5).

Reivindicações sociais pautadas principalmente por estudantes e pela classe trabalhadoras a partir do Movimento Passe Livre<sup>3</sup>, que tinha como objetivo principal a redução do valor da passagem do transporte público, se tornou uma convulsão nacional, com milhares de pessoas na rua em todo o Brasil. Essas reivindicações hoje são conhecidas como as Jornadas de Junho (2013) e ocorreram em 2013. Entretanto, um novo movimento é atraído pela ebulição social, e o que era uma manifestação legítima de um movimento social organizado, passa a se tornar um caldeirão de pautas rasas encabeçadas por uma nova vertente política brasileira, a chamada Nova Direita no Brasil (Vicente e Azevedo, 2018). Assim, para compreender como o neoconservadorismo se apresenta nos movimentos de jovens organizados hoje, é preciso uma breve recapitulação dos processos históricos que ocorrem a partir das Jornadas de Junho (2013) e vão perpassar o golpe da Presidente Dilma Rousseff (2016) e por fim, a eleição de Jair Bolsonaro para Presidente da República em 2018.

Os primeiros eventos que ocorreram entre final de maio e junho de 2013, denominados de Jornadas de Junho, surgem como protestos organizados

---

<sup>3</sup> O Movimento Passe Livre surge oficialmente a partir do V Fórum Social Mundial em 2005 na cidade de Porto Alegre. Neste evento, foi publicada a Carta de Princípios do MPL. No início, a principal pauta do MPL se resumia a defesa do passe livre estudantil, mais a frente passa a ser o passe livre irrestrito a todos os usuários de transporte públicos. Como princípios o MPL afirma ser autônomo, horizontal, apartidário e independente (Ourives, 2016).

pelo Movimento Passe Livre (MPL). Segundo Vicente e Azevedo (2018), o MPL se caracteriza como um movimento social horizontal, apartidário e anti-capitalista e procura combater as consequências do sistema capitalista para a classe trabalhadora. Importante ressaltar, que os movimentos que se romperam em junho de 2013, apesar do MPL se denominar anti-capitalista, não trazia em suas pautas a transformação no cerne, porém, tiveram consequências profundas no novo cenário político brasileiro marcado pela polarização e o extremismo, conforme aponta Singer:

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualifica-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou (Singer, 2013, p. 24).

Assim, a pauta para esses protestos em específicos foi o combate ao aumento da tarifa do transporte público em algumas capitais brasileiras. Esses protestos tiveram grande influência da “Revolta de Buzu” em Salvador/BA em 2003 e a “Revolta da Catraca” em Florianópolis/SC em 2004. Ambos os movimentos com a mesma pauta de redução da tarifa do transporte público.

No início, as manifestações contavam em sua maioria com estudantes universitários, porém em 6 de junho o movimento começou a ganhar repercussão nacional, levando em torno de 5 mil pessoas à rua. (Vicente e Azevedo, 2018). Singer (2013) relata sua compreensão ao observar as manifestações adquirirem uma repercussão nacional, para ele, era evidente de que algo estava ocorrendo na espinha da sociedade brasileira, um verdadeiro “abalo sísmico”:

Ainda penso que, como escrevi à época, tendo se espalhado por mais de 350 municípios, mobilizado milhões de pessoas, obrigado à revogação do preço das passagens e ameaçado a Copa das Confederações, os movimentos de fato moveram uma placa tectônica, quando começaram a se espalhar para as vastas periferias metropolitanas (Singer, 2013, p.24).

Conforme o movimento ia crescendo pelo país, o perfil dos participantes e as pautas começaram a se diferenciar.

Já nas primeiras grandes manifestações, era possível destacar que 1) a multidão já apresentava características heterogêneas; 2) havia mistura de grupos políticos com simpatizantes; 3) a maioria dos manifestantes não queriam conflito, mas havia uma menor parte mais agressiva que usava a prática Black Bloc; 4) os acordos de trajetória feitos com a polícia não foram cumpridos, possivelmente pela falta de unidade de liderança — muitos se diziam líderes (Vicente e Azevedo, 2018, p.5).

Já Singer (2013), divide os acontecimentos em três fases distintas, cada uma com a duração de uma semana. A primeira, considerada a ebulição do movimento, iniciada por poucas pessoas, com um perfil sócio econômico ligado à classe média e quase exclusivamente na cidade de São Paulo/SP entre os dias 6,10,11 e 13 de junho. A pauta, neste momento, era homogênea: a redução dos preços das passagens do transporte público e a convocação era realizada pelas redes sociais.

O aumento do número de participantes, também correspondeu ao aumento da violência policial: A partir daí inicia-se repressão violentíssima, que se espalha por ampla região da pauliceia, tendo a PM atuado sem controle por horas, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de partícipes e observadores deram conta de policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra” a céu aberto (Singer, 2013, p. 25).

Na segunda jornada, temos o aparecimento dos *Blacks Blocks*, participantes vestidos e mascarados cuja função é tomar a linha de frente dos protestos e proteger os demais manifestantes da violência política. Os militantes *Black Blocks* são inspirados a partir do movimento autonomista da Alemanha na década de 1980, “o bloco negro no seu modelo alemão se propunha a oferecer proteção às passeatas, limitando a infiltração de agentes provocadores e defendendo os manifestantes dos ataques da polícia” (Ourives, 2016, p.147).

A partir da quarta jornada convocada pelo MPL que reuniu 75 mil pessoas em São Paulo, os protestos passaram a ser multiplicados em outras cidades. Entretanto, neste momento se inicia a segunda fase, quando começam a surgir cartazes e pautas distintas, como “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão FIFA”, “Fora Dilma”

e o aumento do número de pessoas participando (Singer, 2013, p.25). Pautas do espectro da esquerda e direita se mesclaram em um movimento só, anti-político. Outro elemento fortíssimo, que se destaca a partir desse momento, é o uso avassalador das redes sociais para chamar e publicizar as ações. Além de apontar a violenta repressão policial e servir de canal de comunicação orgânico e original, saindo dos canais de televisão e da mídia tradicional.

As hashtags #vemprarua e #OGiganteAcordou começaram a se tornar cada dia mais comuns nas redes sociais, com o intuito de chamar mais pessoas a participarem das manifestações e saberem a realidade das ruas. O volume de materiais compartilhados na internet fazia com que os usuários das redes sociais percebessem “[...] que estavam com dois enormes poderes nas mãos: produzir e distribuir informações”. (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 53) Isso lhes dava a consciência de que podiam fazer uso das redes sociais para informar o público em geral, de forma mais ampla e isenta, do que a mídia tradicional vinha até então fazendo (Ourives et al, 2016, p. 150).

Na terceira e última fase apontada por Singer (2013), que foi do dia 21 de junho até o final do mês, o movimento se rompe em diferentes eixos com objetivos específicos. “Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descenso da montanha” (Singer, 2013, p.26).

Buscando uma definição da composição social dos participantes dos eventos ocorridos em junho Singer (2013) ressalta que sua análise ocorre ainda no mesmo ano dos acontecimentos. Indica a hipótese de que a massa de pessoas, foi composta por: “trabalhadores, em geral, jovens entre 16 e 25 anos, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (Singer, 2013, p.26). Segundo Santos (2019) ao escrever sobre essa nova expressão política da juventude e suas mudanças a partir de 2013:

No cenário brasileiro, isso muda radicalmente a partir das mobilizações que tomaram as ruas no segundo semestre de 2013. Isso não significa que antes disso a concepção de movimento estudantil enquanto expressão do movimento juvenil não tivesse sido contestada, mas que a partir daquele momento a política institucional, inclusive do movimento estudantil organizado, começava a ser conjuntamente contestada. Essa contestação não ganhava eco necessariamente na proposição de uma outra institucionalidade, mas na crítica de toda institucionalidade existente. A resistência à participação de partidos e organizações políticas da

esquerda tradicional demonstrava que as potencialidades das mobilizações iniciadas em 2013 poderiam apontar para qualquer lado (Santos, 2019, p. 47).

Segundo Santos (2019), a força das movimentações de 2013 seguiu com o aparecimento de diversas organizações políticas de caráter liberal tentando ocupar um novo espaço na arena política. O discurso passa de pautas heterogêneas a um foco ideológico ligado especialmente ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em pesquisa realizada com jovens de 18 e 19 anos em Foz do Iguaçu/PR, Moreno (2021) aponta haver uma grande identificação com o discurso de anti-petista e tem no Partido dos Trabalhadores o principal responsável por suas dificuldades e inquietações quanto ao presente e ao futuro (Moreno, 2022, p.4).

**Imagem 2:** Chamada para ato pró-impeachment de Dilma Roussef



Depois de ganhar projeção nacional durante eleições, antigovernistas Vem Pra Rua, Revoltados On Line e M intensificaram atuação nas redes e nas ruas às vésperas de protesto marcado para domingo

Fonte: BBC (2015)<sup>4</sup>

Santos (2019) aponta para a importância de detectarmos o fetiche

4

Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313\\_financiamento\\_protestos\\_rs](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs) em 11 fev 2025

em:  
Acesso

da juventude. O autor discute que na visão da sociedade, existe uma ideia de sujeito que “goza de uma condição juvenil marcada por um período caracterizado pelo ócio produtivo, pela impulsividade, pelo espírito de mudança, persiste sendo eficaz” (p.46). Ideia essa reduzida ao jovem estudante e ao movimento estudantil:

A leitura do jovem de classe média que conta com a permissão da sociedade para se formar e se preparar para a vida produtiva e adulta, portanto, como um indivíduo em formação, tanto no que se refere à vida na sua generalidade quanto à formação acadêmica em seu sentido mais restrito. Nesses termos, a caracterização perfeita desse jovem em formação seria o estudante (Santos, 2019, p.46).

O fetiche do jovem estudante máscara um segmento social heterogêneo, marcado por diferenças de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais. Desvendar esse fetiche permite qualificar a leitura da juventude enquanto ator político, objeto principal deste trabalho. O desvelamento de uma nova juventude política doutrinada a partir do conservadorismo e da extrema-direita altera o paradigma tradicional de igualar o movimento jovem a um movimento estudantil progressista, isso vai aparecer claramente a partir de 2013 com a defesa de pautas ligadas a família tradicional, no sentido colocado por Santos (2019) de que era uma obrigação moral a defesa dos valores familiares a fim de manter o país livre do comunismo.

A partir desse momento, com a mudança de pauta de redução da tarifa para pautas voltadas à defesa da pátria, da família e o fim do comunismo. A polarização política domina o país e se reproduzia por todos os âmbitos políticos, do congresso nacional às ruas. Como consequência, surgem diferentes projetos de sociedade que vão construir o cenário eleitoral dos próximos anos (Santos, 2019).

A personificação das pautas tem outra intencionalidade em ano eleitoral, defendendo a bandeira anticorrupção de Aécio Neves à presidência da República, Rogério Chequer cria o Movimento Vem Pra Rua. A intencionalidade na ocasião seria unificar todos aqueles que queriam a saída do Partido dos Trabalhadores do governo derrotando a Presidenta Dilma Rousseff nas ruas e nas urnas. A derrota eleitoral não reduziu o ímpeto do movimento, pelo contrário, fez com que ele percebesse a necessidade de mudar radicalmente a sua estratégia (Santos, 2019 p.48).

Em relação ao contexto político pós-impeachment de Dilma, é importante destacar que ocorreu uma série de reformas de caráter neoliberal, implementadas no novo governo de Michel Temer, atingindo principalmente a área

da educação. Nesse sentido destaco a Lei 13.415 de 2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, cujo objetivo era a alteração curricular das escolas a partir de um viés mais tecnicista e diminuindo a carga horária de disciplinas como história, filosofia e sociologia, que tendem a um ensino mais crítico da realidade social (Brasil, 2017.) Como consequência, criou-se um currículo cada vez mais voltado às demandas do empresariado e do mercado (Gonçalves e Moreira, 2022).

Em novembro de 2015, com apenas um ano desde sua fundação, acontece o Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre (MBL), solidificando-se como principal movimento de jovens de direita do Brasil. O principal objetivo do evento era construir um espaço de discussão e articulação política de jovens liberais que tinham em comum a oposição ao governo petista. A principal temática do evento foi o empreendedorismo, “mostrando sua inclinação radical à lógica do livre mercado” (Santos, 2019, p.52). O evento acontece a partir da liderança de Kim Kataguiri, hoje deputado federal pelo União Brasil, Alexandre Santos e Fernando Holiday, vereador da cidade de São Paulo/SP pelo Partido Liberal (PL). Entre os convidados estavam Marcel Van Hatten, deputado federal pelo Partido Novo e Reinaldo Azevedo que na época foi um grande interlocutor da imprensa pró-impeachment.

Fica evidente que o liberalismo à brasileira, pregado aos quatro ventos pelo MBL, congrega uma forte inclinação ao livre mercado, associado a uma perspectiva de realidade extremamente conservadora nos costumes, mostrando um forte alinhamento com os fundamentos presentes na obra “Caminhos da Servidão” de Friedrich Hayek (2010), sendo essa a única forma possível de se contrapor ao chamado marxismo cultural (Santos, 2019, p.52).

**Imagem 3:** Pôster do MBL sobre conservadorismo.



Fonte: MBL Facebook (2019)<sup>5</sup>

No principal palco político brasileiro, naquele em que se encontram de fato os atores responsáveis pela tomada de decisões que impactam a vida da sociedade, o Poder Legislativo. Em 2015, no auge da campanha Pró-Impeachment, a juventude militante dos contra-públicos digitais, como o MBL e o Movimento Vem Pra Rua, passaram a adquirir influência política no campo institucional do poder. Dessa forma, o MBL se une a partidos com ideologias de direita, como o antigo DEM (Democratas) que em 2022 se une ao PSL (Partido Social e Liberal) resultando no Partido União Brasil. Importante destacar, que a origem do DEM advém da ARENA, partido que mantinha e defendia a ditadura civil-militar, que ocorreu entre 1964 e 1984 (Marchesano, 2018).

A configuração do MBL como formador do pensamento como um intelectual orgânico das elites, levando sua interação com as massas somente uma maneira de mantê-los como um órgão de alicerce para a entrada na política e fortalecer seus ideais burgueses frente a população brasileira, visto que nossa elite brasileira é dependente da ainda dominação colonial (Marchesano, 2018 p.5).

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/MBLestudantil/photos/a.518867971949490/631834467319506/?type=3&theater>> Acesso em 11 de fevereiro de 2025

Utilizando-se das mídias digitais, o MBL adquire notoriedade nacional e rapidamente se torna um dos movimentos mais populares entre os jovens brasileiros. Com um dos membros se tornando um dos autores de pedido de impeachment de Dilma Rousseff, “se juntando e discutindo com congressistas e apontando falhas do governo petista e o caminho a prosseguir para então uma mudança para os rumos do país” (Marchesano, 2018, p.3). Analisando a partir do conceito de contra-público e contra-publicidade explicitado do Downey e Fenton (apud Rocha 2019), entende-se que o contra-público se refere a grupos e/ou comunidades que podem se identificar tanto com a ideologia de extrema-esquerda ou de extrema-direita, e não necessariamente ser grupos subalternos como indica Nancy Fraser (1995). Eles se organizam para contestar e desafiar as narrativas dominantes na esfera pública e na mídia tradicional. Muitos desses grupos passam a criar seus próprios canais de informações, mobilizando simpatizante do discurso, e podem se manifestar a partir de mídias independentes, redes sociais, movimentos sociais e coletivos artísticos. Já a contra-publicidade, será a estratégia utilizada por esses grupos para difusão de seus discursos (Downey e Fenton, 2003).

A compreensão de contra-publicidade proposta por Downey e Fenton é essencialmente relacional e conjuntural. Partindo do pressuposto que a esfera pública não se reduz e nem é uma expressão da sociedade civil, mas de que uma esfera pública política ética depende de uma organização favorável da sociedade civil, e não de sua mera existência ou dinamismo, os autores consideram que a expressão de grupos marginalizados que se opõe ao status quo não representam necessariamente uma resistência à dominação capitalista exercida pela mídia mainstream, ou mesmo que tais grupos apresentem algum tipo de resistência, esta não coaduna necessariamente com o avanço de ideais democratizantes. Dessa forma, diferentes contra-públicos poderiam defender os mais diversos projetos a depender da conjuntura, das oportunidades existentes, das alianças realizadas com outros públicos e modalidade de publicidade (Rocha, 2019, p.28).

Com o golpe concretizado, o MBL elege um prefeito e sete vereadores em diferentes cidades do país nas eleições municipais de 2016. O perfil ideológico da direita se reconfigura, em uma face mais jovem que domina as táticas e estratégias de convencimento pelas mídias digitais. Retomando o conceito de contra-publicidade, em uma conjuntura no qual a internet se tornou o maior meio de comunicação. Rocha (2019) aponta que a digitalização dos

discursos, além de alterar profundamente os fluxos de informação, trazendo uma aceleração dos fenômenos e da análise deles, elimina quase que totalmente os custos de comunicação.

Levando isso em consideração, a contra-publicidade digital não só pode promover maior fragmentação, polarização e radicalidade, diluindo os limites de uma esfera pública democrática, como também esta é necessariamente atravessada por interesses governamentais e comerciais, os quais, em determinadas circunstâncias, podem influenciar e direcionar certos contra- públicos para a defesa de discursos específicos ou para agir de uma determinada forma sem o conhecimento prévio de seus membros (Rocha, 2019, p.33).

Essa nova face, é denominada de Nova Direita Brasileira, mais radical, mais conservadora e muito mais digitalizada. A nova direita brasileira em questão, conforme apontado por Rocha (2019), em sua pesquisa descreve que a construção de uma nova direita brasileira pautada no neoconservadorismo se desenvolve a partir dos anos lulistas<sup>6</sup> — período dos primeiros mandatos de Luis Inácio Lula da Silva entre 2002 e 2010 — mediante um discurso agressivo com notas de humor. Ainda, segundo a autora dois acontecimentos foram importantes para o recrudescimento da direita, o primeiro o escândalo dos esquemas de corrupção conhecido como “mensalão” e segundo, o surgimento de fóruns e comunidades digitais, em que os membros discutiam calorosamente e até agressivamente sobre as questões sociais e políticas sob anonimato. Outro fato importante foi a criação da Força Tarefa Lava-Jato<sup>7</sup>, que levou a prisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o retirando da disputa eleitoral à presidência da república de 2018.

Um dos grandes pensadores desse discurso foi Olavo de Carvalho<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> De acordo com Rocha “O lulismo seria um movimento político em que o então presidente Lula realizaria uma arbitragem do conflito social e político combinando medidas que ao mesmo tempo beneficiariam os mais pobres, por meio de políticas de transferência de renda, e o grande capital, por meio de políticas econômicas ortodoxas” (Rocha 2019 p,118)

<sup>7</sup> “A Operação Lava Jato foi uma investigação deflagrada em 2014 pelo Ministério Público Federal do estado do Paraná que revelou um vasto esquema de corrupção na Petrobras e em grandes obras de infraestrutura. Considerada a maior investigação anticorrupção já conduzida na história do Brasil, atingiu centenas de políticos e algumas das maiores empresas do país, principalmente estatais e empreiteiras.” Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>>. Acesso em 25 mai 2025

<sup>8</sup> “Olavo de Carvalho foi um ator fundamental no contexto da ascensão da chamada nova direita no Brasil. Importante formador de opinião, suas ideias eram consumidas e disseminadas por um vasto público de inclinação conservadora. Carvalho foi também um dos maiores agentes de impulsionamento de desinformação e de fake news nos anos que antecederam a eleição

que expunha através da internet e de seus livros teorias fundadas em um ódio a qualquer concepção de uma ideologia esquerdista.

Para as eleições de 2018, a nova direita já estava consolidada como uma das frentes da polarização política que se instaurou pelo país. Formando uma frente ampla ultraliberal-conservador que tinha como cabeça de chave para o cargo de Presidente da República, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Bolsonaro venceu as eleições em 28 de outubro de 2018, com 55% dos votos contra seu adversário Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores.

As manifestações que ocorreram em junho de 2013, permitiram que a nova direita brasileira, ainda em formação, pudesse visualizar um horizonte com o objetivo de alcançar mais poder na esfera política era possível a partir da convocação de massas de pessoas que protestavam por diversas pautas anti-esquerdas. O que foi uma teoria em junho de 2013, foi testado e comprovado a partir da Campanha Pró-Impeachment de Dilma. Junto a isso, o uso de novas estratégias digitais e a polarização política, entre anti-petistas e grupos progressistas (não necessariamente petistas, mas que defendem pautas sociais) foi o combustível para radicalizar o discurso contra direitos sociais já concretados pela Constituição de 1988, e também o Estatuto da Juventude (2013) que abordaremos no capítulo seguinte.

---

presidencial de Jair Bolsonaro” (Felinto, 2023, p.13).

### **3 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO DA JUVENTUDE COMO DIREITO SOCIAL**

O Estatuto da Juventude (EJUVE) instituído a partir da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, se destaca como a maior conquista no processo de consolidação dos direitos sociais dos jovens brasileiros. Pensar nos direitos das juventudes, não se resume a programas e planos isolados. É preciso a construção de políticas universais e transversais, considerando a fase de transitoriedade dos jovens, assim como os principais fatores que levam à vulnerabilidade social, como a violência e drogas. Porém, a juventude não se resume a um período de transitoriedade, “ou do jovem visto como aquele que não é, mas está por vir a ser” (Abromovay e Castro, 2011, p.17). Também é refletir sobre uma sociedade plural que vai formar adultos a partir dessas políticas. Conforme Abromovay e Castro:

...discutir políticas públicas para juventudes é construído da democracia e responsabilidade social com a sustentabilidade da civilização, ou com gerações que no presente se fazem gerações futuras, reconhecendo-se que na infância, na adolescência e na juventude se anunciam as gerações seguintes (Abromovay e Castro, 2011, p.15).

Este capítulo, analisará a trajetória de construção e consolidação do EJUVE desde as primeiras discussões sobre o tema até sua promulgação como lei. Dessa forma, partimos do debate sobre a compreensão da categoria “juventudes”, a partir das diversas realidades sociais que transpassam os jovens brasileiros. Posteriormente será abordada a caracterização das juventudes brasileiras, explorando suas especificidades e os diferentes contextos sociais, culturais e econômicos que influenciam suas experiências de vida. Em seguida, a construção histórica de políticas públicas voltadas para a juventude, demonstrando como, ao longo do tempo, o Brasil passou a reconhecer a juventude como uma etapa específica e distinta da vida, com necessidades próprias que exigem atenção especial do Estado. Por fim, analisaremos o Estatuto da Juventude (EJUVE), seus

avanços e os desafios para sua implementação e os impactos que trouxe na garantia de direitos dos jovens, refletindo sobre os caminhos ainda a percorrer para sua plena efetivação

### **3.1 A CATEGORIA SOCIAL JUVENTUDES E CARACTERIZAÇÃO DAS JUVENTUDES BRASILEIRAS**

O jovem como sujeito de direitos, é reconhecido por estar em uma etapa singular da vida, de transição e mudanças biológicas, sociais e políticas. De acordo com Barrientos-Parra, “a transitoriedade é inerente à condição humana”. E de acordo com essa transitoriedade, a juventude é marcada por experiências heterogêneas, da potencialidade de transformação da realidade à “precariedade das condições de subsistência e a miragem das prateleiras da sociedade de consumo” (Barrientos-Parra, 2004, p. 133).

A juventude, tal como a que se concebe hoje, está conectada à estruturação da sociedade moderna ocidental e às novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento industrial e capitalista. Também não é possível tratá-la somente a partir de uma divisão etária, a partir dessa premissa, entende-se que enquanto categoria social de análise<sup>9</sup> está em constante mudanças “conforme o tempo, o espaço, as condições sociais, econômicas, políticas, familiares e etc...” (Sander, 2014, p.13).

Enquanto categoria analítica, a palavra juventude passou por diferentes significados ao longo da história, cada um afetado por um contexto social, econômico e político. Entretanto, a ideia da transitoriedade entre a adolescência e a vida adulta, a partir dos passos abordados anteriormente, sempre esteve presente. Ou seja, a juventude, é observada como um momento de preparação

...para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem (em tese) assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e

---

<sup>9</sup> “As categorias sociais resultam de uma construção teórica mediante a qual o sociólogo agrupa idealmente numa mesma ‘unidade social’ indivíduos com características comuns, de modo a poder estudá-los. Exemplos de categorias sociais podem ser os jovens desempregados, as crianças em idade pré-escolar, as crianças com necessidades educativas especiais, os solteiros, etc. Não interessa se os sujeitos em questão têm relações entre si, importa, pelo contrário, que a característica que os une seja interessante do ponto de vista sociológico, isto é, adequada ao objectivo que o sociólogo pretende alcançar” (Demartis, 2006, p. 78).

direitos implicados na participação social (Abramo, 2008, p.110).

Entretanto, autores como Abromovay e Castro (2011) apontam para uma definição de juventude pensada a partir da transversalidade, indo além de “cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc” (Abromovay e Castro, 2011, p.17). A categoria juventude, também pode ser construída, segundo Machado Pais (1997), como um conjunto que envolve contextos econômicos, sociais e políticos, e tende a se alterar conforme o passar do tempo.

Histórica e socialmente, de acordo com Spósito e Carrano (2003), a juventude tende a ser vista como fase marcada pela instabilidade “associada a determinados ‘problemas sociais’, porém a percepção de tais problemas também é afetada pelo contexto político e histórico da sociedade (Spósito e Carrano, 2003, p. 19):

As representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio. Assim, se nos anos 1960 a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (Pais, 1993; Abramo, 1997 apud Spósito e Carrano, 2003, p.19).

Já a legislação brasileira, prevê que a idade para se considerar uma pessoa como parte da juventude é de 15 aos 29 anos. Dessa forma, o EJUVE e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) separa essa faixa etária em 3 grupos distintos demonstrando que entre os jovens dessas faixas-etárias existem especificidades: os primeiros dos 15 a 17 anos, são os jovens-adolescentes, os de 18 a 24 anos, são os jovens-jovens e por fim, os jovens de 25 a 29 anos, são os denominados jovens-adultos. Conforme Silva e Silva (2011, p.664), “o uso da expressão ‘juventudes’ representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens, levar em conta que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um”. Ou seja, essa perspectiva da diversidade

juvenil é um ponto central discutido entre os pesquisadores do tema. A juventude não é meramente uma categoria biológica definida pela idade, mas sim uma construção social e histórica. As diferentes sociedades, em distintos momentos históricos, estabeleceram as segmentações por idade de formas diferentes. Atualmente no Brasil, essa diversidade é marcada por classes sociais, etnias, identidades religiosas, valores, de gênero e regionais (Peralva, 1997, 2007; Abramo, 2007; Dayrell, 2003). Dessa forma,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas, sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social (Dayrell, 2003, p.42).

A própria tematização social da juventude no Brasil ao longo do tempo demonstra essa complexidade. Em diferentes momentos, os jovens foram vistos como rebeldes, apáticos, engajados politicamente ou vulneráveis a problemas sociais. Essa oscilação nas representações evidencia que como a sociedade percebe e define a juventude está em constante transformação (Dayrell, 2007).

Conforme o Atlas da Juventude publicado em 2024, atualmente o Brasil possui em torno de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Dessa forma, temos um bônus demográfico, já que essa quantidade de pessoas, que representa 23% da população pode ser identificada com um grande potencial de desenvolvimento econômico, social e força política. Portanto, para reivindicar os direitos dessa parte da população se estabeleceu o Estatuto da Juventude (EJUVE), promulgada em 6 de agosto de 2013 que estabelece os direitos dos jovens entre 15 e 29 anos, os princípios e diretrizes das políticas públicas<sup>10</sup> de juventude e o Sistema Nacional da Juventude-SINAJUVE<sup>11</sup>. Assim, o EJUVE pretende promover a inclusão social, a participação política e o acesso a oportunidades de educação e emprego. (Brasil, 2013).

Alguns dados são importantes no sentido de compreender melhor a heterogeneidade das juventudes brasileiras. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2019), os jovens são o grupo

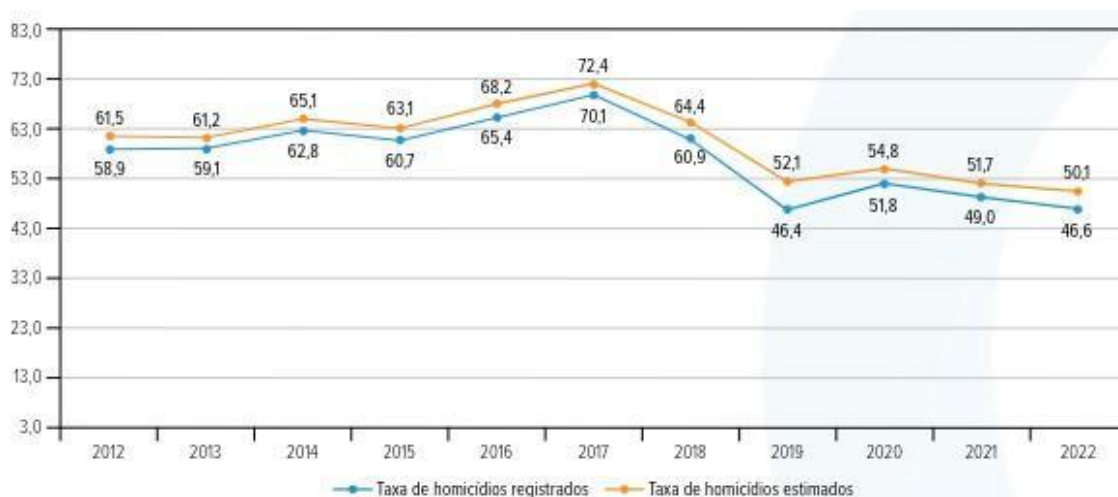
---

<sup>10</sup> Como definição de política pública, consideramos o conceito trabalhado por Rua (1998), segundo a autora, “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (p.731)

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>

populacional que mais perdeu renda no trabalho nos últimos anos. Sendo que o grupo entre 15 e 19 foram os que mais perderam. Em relação à educação, em 2019 somente 8,9% dos jovens concluíram o ensino superior. Outro dado importante a destacar é que a juventude brasileira, é em sua maioria negra. Segundo o Atlas da Juventude (2024), 51% dos jovens se autodeclaram pardos e 10% pretos. A partir disso, analisando em conjunto com os dados informados em 2022, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que faleceram por qualquer causa, 34 foram vítimas de homicídio. Em 2019, 74,4% das vítimas de violência letal, no Brasil, foram pessoas negras, e 51,6% eram jovens até 29 anos. Assim, identificamos que o jovem negro é o que mais tem chance de ser assassinado. No total, foram 22.864 durante o ano de 2024, com uma média diária de 62 assassinatos (Ipea, 2024). No gráfico abaixo, identifica-se que houve uma redução no número de homicídios, comparado com a série histórica. Entre 2017 e 2022, houve uma redução do número de mortes de -33,5%. No total da série histórica, foram 321.466 jovens vítimas de violência letal no Brasil

**Gráfico 1 - Taxa de homicídios registrados e estimados de jovens (15 e 29 anos) por 100 mil habitantes (2012 a 2022)**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (apud Ipea, 2024).

A partir dos dados apresentados compreendemos a importância de uma legislação que proteja os direitos e assim os jovens, proporcionando o seu desenvolvimento integral, sua proteção social e a possibilidade de acesso a

formação, educação e trabalho. Já que a juventude brasileira se apresenta diversa e plural, conforme Abramo, “é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida” (Abramos, 2008, p.44). Assim, as políticas sociais voltadas à juventude devem ter um caráter transversal, garantindo não somente o acesso, mas, também a permanência dos jovens na educação, na profissionalização, no trabalho, na proteção social e em outras áreas.

### 3.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA POLÍTICA PARA A JUVENTUDE

Colaço (2024) destaca que, entre os anos de 1950 e 1980, a juventude foi tratada enquanto problema social pelo Estado, a partir de um viés conservador, temendo a delinquência e a vagabundagem diante do tempo livre dos jovens da classe trabalhadora, principalmente dos jovens negros. Onde também prevalece a ideia de juventude como um momento cuja marca seria o preparo para a vida adulta, especialmente através do trabalho e de uma educação voltada a preparação para o mesmos. E esse ciclo termina quando os sujeitos transpõem algumas fronteiras que marcam aquilo que socialmente é atribuído ao mundo dos adultos: terminar os estudos, viver do próprio trabalho, sair da casa dos pais, casar-se, ter filhos e estabelecer-se numa moradia pela qual se torna responsável (Clementino e Cordeiro, 2011).

No âmbito internacional, o ano de 1965, foi o ano inicial de debates e de compromissos firmados no âmbito das Nações Unidas, sobre políticas públicas para a juventude a partir do lançamento da *Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos*<sup>12</sup>. Em 1985, o tema da juventude retorna com a instituição do primeiro *Ano Internacional da Juventude, pela Organização das Nações Unidas: Participação, Desenvolvimento e Paz*. Nesse momento, os países passam a reconhecer os jovens como “categoria formada por diversos subgrupos, indicando pela primeira vez ações para responder às demandas específicas de jovens deficientes, das zonas rurais e urbanas e das mulheres jovens” (Clementino e Cordeiro, 2011, p.223). Uma década depois em 1995, estratégias coletivas para enfrentar os desafios das juventudes ocorrem pelo

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www.dhnet.org.br/direitos/sjp/onu/paz/dec65.htm> >

*Programa Mundial de Ação para Juventude (PMAJ)*. Após, temos a Declaração de Lisboa sobre a Juventude, resultado da I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, e em 1988, a partir do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, o *Plano de Ação de Braga*<sup>13</sup> (IPEA et al, 2009; Silva e Silva, 2011). Esses movimentos internacionais foram importantes para a juventude ser reconhecida como fundamental para o desenvolvimento da sociedade, tomando iniciativas no presente pensando no futuro.

No Brasil, o debate inicia com o Código de Menores ou como conhecido Código Mello de Mattos, sancionado em 12 de outubro de 1927, é considerado a primeira legislação do Estado voltada para a infância, adolescência e juventude. A partir desse marco legal, foi criado em 1941 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e em 1964, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que foi o órgão responsável pela construção e implementação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Durante esse período, a visão da criança e do adolescente era de controle social pela via do “saneamento social” e da moralidade, principalmente daqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, órfãos e/ou que cometiam práticas consideradas ilegais. Silva e Silva (2011) apontam que a lei foi criada com a partir da percepção do controle social, e da percepção que as crianças e adolescentes eram vítimas da falta de cuidado da família, da sociedade e do Estado em relação aos seus direitos básicos.

Historicamente, a juventude foi vista a partir de duas lentes: uma que a considera um «problema social», colocando-a no centro dos debates sobre violência e criminalidade e outra em que a juventude é apontada como «protagonista» e «ator estratégico do desenvolvimento» (Bao & Colognese, 2011). Apesar de ambas as correntes existirem de forma concomitante, objetivamente, o que vimos foi a criação de diversas ações, políticas e programas que atendiam ou correspondiam à primeira visão de juventude, com foco no resgate dos jovens de situações de vulnerabilidade que poderiam, em algum momento, levá-los ao cometimento de delitos, infrações ou crimes (Brasil, 2006) (Santos; Yamamoto, 2018, p.658)

No período da ditadura militar (1964-1985), o SAM foi substituído pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Apesar da substituição do

---

<sup>13</sup> O Plano de Ação de Braga foi construído no Terceiro Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, que aconteceu em Braga, Portugal. Este foi o primeiro acordo internacional de consenso entre as juventudes. O objetivo das Nações Unidas é garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e promover oportunidades ao longo da vida para todos os jovens.

órgão, a lógica da repressão e controle social, considerando o jovem pobre como infrator contínuo. Nesse contexto, a forte atuação de jovens em movimentos de resistência aumentou a repressão contra a juventude a partir de uma perspectiva do controle político-ideológico. Como aponta Abromovay e Castro (2011, p.11), “foi precisamente o setor estudantil, assim como o operário e camponês organizado, e as juventudes relacionadas à Igreja, alinhada à Teologia da Libertação, que se destacavam no enfrentamento, por várias formas contra o Estado”. Esse perfil de movimentos sociais também pode ser identificado em outros países latino-americanos que também passavam por ditaduras entre as décadas de 1970 e 1980.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o entendimento da premissa de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos se materializa. Conforme indica Silva e Silva (2011), foi a partir da luta dos movimentos sociais que iniciou na década de 1980, que promoveram o “Encontro Nacional de Grupos de Trabalho Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas da Rua” que o entendimento da necessidade de políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude culminaram em políticas públicas. Tendo como resultado principal a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, simbolizando um avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente. A partir do ECA, vigora a doutrina da atenção integral no lugar da doutrina da situação irregular presente no Código de Menores (Lopes; Silva e Malfitano, 2006).

Conforme, Spósito e Carrano (2003, p. 20), a superação de uma concepção restritiva da infância e da adolescência, orientada a partir das lutas dos movimentos sociais, se materializa para uma “representação que reconhece direitos e demandas políticas dos que ainda não atingiram a maioridade.” O ECA incorpora uma nova concepção de direitos, impactando significativamente as visões conservadoras sobre a forma jurídica, institucional e social de conceber crianças e adolescentes na sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, as lutas sociais em defesa dos direitos da infância e da adolescência abriram novos caminhos para a construção de uma imagem positiva em torno das ações voltadas a esses grupos.

Porém, o ECA ainda não abordava a complexidade da parcela da população entre 18 a 29 anos que formam a juventude brasileira. Assim, “a primeira

onda de políticas públicas” para esse público alvo, iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na década de 1990. Em sua gestão, foram implementadas secretarias e coordenadorias nos municípios, na maior parte ligadas a secretarias de esportes e lazer ou assistência social. Nesta década, “pesquisadores, organismos internacionais, movimentos sociais, gestores municipais e estaduais passaram a enfatizar aspectos singulares da experiência social dessa geração, identificando suas vulnerabilidades, demandas e potencialidades” (Novaes, 2007, p. 253). Entretanto, somente a partir do início dos governos do Partido dos Trabalhadores, que a demanda por uma política para a juventude foi implementada (Santos; Yamamoto, 2018, p. 658).

Em 2003, a concepção de um Plano Nacional da Juventude pelo o Estado começou a ser discutido mais profundamente, através da Frente Parlamentar de Juventude, a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT) e um Grupo Interministerial vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR). Mas somente em 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa Nacional da Juventude e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) (Sander; Oliveira, 2019, p.02). A Secretaria Nacional da Juventude permitiu uma integração mais eficiente entre os programas e ações, pensando assim na transversalidade das políticas públicas de juventude. Dessa forma, a Secretaria em sua fundação apontou nove desafios a serem enfrentados, são eles: 1- ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidades; 2- erradicar o analfabetismo entre jovens; 3- preparar para o mundo de trabalho; 4- gerar trabalho e renda; 5- promover vida segura e saudável; 6- democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; 7- melhorar a qualidade de vida dos jovens do meio rural e nas comunidades tradicionais; 8- promover direitos humanos e políticas afirmativas; 9- estimular a cidadania e participação social (Novaes, 2007). Dois anos depois, em 2005, foi aprovada no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 65/2010<sup>14</sup> que alterou a denominação, modificando o art. 277 da Constituição Federal, visando “cuidar dos interesses da juventude” a partir do Estatuto da Juventude (Brasil, 2010).

Spósito e Carrano (2003) apontam que duas expressões são essenciais na documentação oficial do governo federal e de organizações

---

<sup>14</sup> PEC da Juventude [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm). Acesso em 31 de março de 2025

não-governamentais: jovens em situação de risco e protagonismo juvenil. O uso desses termos permitiu a publicização das expressões da questão social ligadas a juventude, e permitiu a chamada para uma ação social mais efetiva. Como resultado, houve a criação e ampliação de programas ligados ao combate à pobreza e a violência, principalmente nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, Novaes também aponta:

Além disto, a ideia de “protagonismo” também trouxe consigo valorização do jovem como parte integrante do “capital social”, celebrada novidade conceitual dos anos 90 que, por sua vez, remete às ideias de voluntariado e desenvolvimento local.

No entanto, tais ideias e as ações por elas motivadas não estavam vinculadas a nenhum esforço em direção da conformação de Política Nacional de Juventude. Isto é, não pressupunham ações públicas articuladas e ancoradas em um específico diagnóstico sobre a condição juvenil atual e particular situação dos jovens brasileiros (Novaes, 2007, p. 255).

Conforme exposto, identifica-se que a partir da movimentação social no sentido de demandar e propor políticas públicas para a juventude, se concretiza através de diversos dispositivos, como as Conferências Nacionais da Juventude e o próprio Estatuto da Juventude, que buscam assegurar os direitos dos jovens de acesso à saúde, educação de qualidade, à moradia, ao lazer e à segurança, refletindo sobre a diversidade e pluralidade da juventude brasileira.

Entre os princípios do EJUVE se destacam, a “valorização e promoção da participação social e política, diretamente e por meio de suas representações” e o “reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares” (Brasil, 2013, s.p). Os princípios colocam a juventude como protagonista no cenário político, não somente como usuários, mas como planejadores e executores das políticas públicas.

Os direitos da juventude no Brasil, estão alicerçados principalmente na Constituição Federal, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos municípios. A parte disso, encontramos diversos dispositivos legais, programas e políticas públicas que afirmam esses direitos, sendo o Estatuto da Juventude a principal materialização, conforme nos chama atenção Barrientos-Parra (2004):

Os direitos dos jovens baseiam-se na especificidade da condição juvenil, constatasse que os jovens têm características singulares físicas, psicossociais e de identidade que demandam uma atenção especial por parte da sociedade e do poder público. Com efeito, é nesse período da vida do indivíduo que se consolida a personalidade, adquirem-se os conhecimentos necessários e inicia-se a vida profissional, projeta-se e/ou inicia-se a vida conjugal, conquista-se enfim a experiência necessária para a segurança pessoal e projeção futura (Barrientos-Parra, 2004, p. 137).

A elaboração do Estatuto da Juventude (Lei Federal n.º 12.852 de 05 de agosto de 2013), se deu a partir dos esforços da Comissão Especial da Juventude que desenvolveu o Projeto de Lei n.º 27 de 2004, através da qual se garantirá que os jovens tenham condições plenas de desenvolvimento, com acesso a oportunidades e proteção de direitos. Conforme Barrientos-Parra (2004, p. 139), em sua definição:

O Estatuto da Juventude é uma declaração de direitos e deveres dos jovens, acrescida de uma estrutura jurídica mínima que permita aos jovens discutir, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude. Em outras palavras, é um instrumento jurídico-político para promover os direitos da juventude, reconhecendo que os jovens são atores sociais estratégicos para a transformação e melhoria do Brasil.

O autor aponta, também, que diferente do ECA, que possui um caráter exclusivamente protetivo, o EJUVE se diferencia por além de abranger a proteção do indivíduo, possui um “caráter possibilitador” de oportunidades. Assim, “Objetiva ser um instrumento de apoio ao jovem nas suas escolhas, buscas, incertezas, caminhos e descaminhos” (Barrientos-Parra, 2004, p.139).

O EJUVE se divide em dois títulos principais, o primeiro descreve os direitos em si. E o segundo que detalha o funcionamento, objetivos e diretrizes do Sistema Nacional da Juventude — SINAJUVE. Outros dois instrumentos importantes, que fazem parte do desenho da legislação para a juventude é a criação da Lei n.º 11.129/2013, que criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, como “responsável por coordenar a Política Nacional da Juventude, além de articular e propor programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens”. A mesma lei criou também o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a função de “formular

diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais voltadas para jovens, baseado no diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo.” O mesmo possui caráter consultivo, com representante do poder público e da sociedade civil. Já o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), foi criado como um programa de caráter emergencial que tem o objetivo de oferecer “qualificação profissional em caráter de urgência para os jovens em situação de vulnerabilidade social” (Brasil, 2011, p.4).

Já em seu 2º artigo o EJUVE traz os oito princípios que devem orientar a garantia de direitos dos jovens e a políticas voltadas para este público:

I — promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II — valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III — promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV — reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; V — promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; VI — respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; VII — promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e VIII — valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Brasil, 2013).

Concomitante a criação do EJUVE, as Conferências Nacionais da Juventude também foram instrumentos importantes no sentido de canalizar as demandas da juventude e planejar os próximos passos para concretizar o Plano Nacional da Juventude. Conforme Novaes:

Espera-se que novos direitos produzam mecanismos que sejam capazes de reverter processos geradores de desigualdades e discriminação social. Desta maneira, programas e ações devem contribuir, também, para reforçar identidades juvenis associadas a gênero, raça e orientação sexual e, ainda, considerar as demandas específicas dos jovens com deficiência. Ou seja, além de reafirmar direitos universais, pela inscrição social de direitos da juventude, trata-se de multiplicar oportunidades de inserção social dos jovens (Novaes, 2007, p. 255.)

Nesse sentido, entre os dias 27 e 30 de abril de 2008, com a presença de 2,5 mil pessoas, ocorreu a primeira Conferência Nacional da Juventude, que teve como pauta principal o parecer do grupo interministerial que identificou nove demandas principais da juventude brasileira (Santos e Yamamoto, 2018, p. 661):

Ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (Brasil, 2007, p. 20).

Ao final da I Conferência foram aprovadas 70 resoluções e 22 prioridades sobre os direitos da juventude, com destaque para questões “referentes à participação dos jovens nos espaços públicos que representam a juventude, e o acesso à educação, ao trabalho, cultura e espaços de lazer.” Outro destaque, foi o apontamento para a necessidade políticas públicas para os jovens negros. Em relação à participação política dos jovens, o texto da proposta indica como pauta prioritária aparecendo duas vezes: primeiro, quando o texto trata da criação do sistema nacional, conselhos e fundos da juventude e, segundo, quando menciona à garantia da participação da juventude nos parlamentos, com a destinação de uma cota de 15%, respeitando o recorte étnico-racial e de gênero (Santos e Yamamoto, 2018, p. 661).

A II Conferência Nacional da Juventude<sup>15</sup> ocorre de 09 a 12 de dezembro de 2011 na cidade de Brasília/DF e teve além dos participantes dos Estados e Distrito Federal, representantes de 14 países da América do Sul, África, América do Norte e Europa, com o tema “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos: conquistar direitos, desenvolver o Brasil”. Culminou em 26 propostas divididas em 5 eixos: 1-Desenvolvimento Integral; 2 - Direito ao Território; 3 - Direito à experimentação e qualidade de vida; 4-Direito à diversidade e à vida segura; 5-Direito à participação. A conferência tinha como objetivo fortalecer a política juvenil, definindo mais claramente quais são os direitos da juventude e criar instrumentos que garantam o seu exercício.

A III Conferência Nacional da Juventude<sup>16</sup> (2015), com o lema “As várias formas de mudar o Brasil”, segundo o documento final da conferência, foram estabelecidos 11 eixos que conversam com o cotidiano da juventude brasileira e se

---

<sup>15</sup> Relatório final da II Conferência Nacional da Juventude:  
<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/120> Acesso em 31 de março de 2025.

<sup>16</sup> Disponível em:  
[https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/181/1/SNJ\\_CONF\\_3\\_relatoriofinal\\_2016.pdf](https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/181/1/SNJ_CONF_3_relatoriofinal_2016.pdf).  
Acesso em 04 de abril de 2025

relacionam com os direitos do Capítulo II do Estatuto da Juventude (Brasil, 2016). O objetivo principal da Conferência era elaborar um conjunto de propostas que serviriam de subsídio à elaboração do Plano Nacional da Juventude.

Em 2023, após 8 anos da III Conferência, a IV Conferência Nacional da Juventude<sup>17</sup> ocorreu com o tema “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Participação e Bem Viver” e marca os 10 anos do Estatuto da Juventude. Como preparação, foram realizadas etapas de discussão nos âmbitos, municipais, regionais, estaduais, livres, temáticas, de Povos e Comunidades, Territoriais e contou também com uma etapa digital. A partir das etapas prévias, foram reunidas 1.117 propostas a serem levadas para a etapa final, que aconteceu em Brasília. As propostas finais foram condensadas em um documento base<sup>18</sup> e divididas em 12 eixos, seguindo os artigos e direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude (Brasil, 2023).

Por fim, identificam-se as Conferências e o Estatuto da Juventude, como dispositivos jurídico e político que visam promover a autonomia dos jovens brasileiros. Reconhecendo-os como “atores sociais estratégicos” que se organizam em diferentes tipos de organizações: estudantil, partidárias, sociais, eclesiais, desportivas entre outras. Entretanto, as propostas discutidas nas conferências, com os direitos previstos no EJUVE, esbarram nas dificuldades impostas pela crescente do neoliberalismo, que busca em seu discurso alimentar as pautas conservadoras que afetam diretamente os direitos dos jovens, como a iniciativa de redução da maioria penal<sup>19</sup> e a ameaça ao direito ao aborto de crianças e adolescentes vítimas de estupro<sup>20</sup>, na educação a defesa de escolas cívico militares, entre outras. Explicitadas a partir do discurso e ações promovidos pela nova direita através

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/dezembro/4a-conferencia-nacional-de-juventude-reune-jovens-de-todo-brasil-em-debate-sobre-politicas-publicas-depois-de-8-anos-da-ultima-edicao> Acesso em 06 de abril de 2025

<sup>18</sup> Disponível em:

<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-de-respostas/CadernodePropostas4aConferenciaNacionaldeJuventude.pdf#page=16.17> Acesso em 06 de abril de 2025

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122817>> Acesso em 06 de maio de 2025.

<sup>20</sup> Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%201904,de%20gravidez%20resultante%20de%20estupro.>> Acesso em 06 de maio de 2025.

principalmente do uso das redes digitais e propagação de notícias falsa como será abordado na próxima seção.

#### **4 O DISCURSO DOS MOVIMENTOS DA NOVA DIREITA BRASILEIRA E O ATAQUE AOS DIREITOS DA JUVENTUDE**

Retomando alguns pontos já discutidos nos capítulos anteriores, como o conservadorismo, no presente capítulo procura-se discutir os principais elementos que caracterizam a juventude conservadora, analisando a partir do discurso de um dos seus principais representantes, Nikolas Ferreira e também analisar o uso político da religião distorcidamente para atender os interesses da nova direita brasileira.

O termo nova direita, começa a aparecer recorrentemente a partir de 2014, tendo sido utilizado para identificar diferentes vertentes políticas no escopo da direita tradicional, como os liberais clássicos, nacionalistas e conservadores a partir principalmente da eleição de Donald Trump em 2014. No Brasil e na América Latina, o movimento da nova direita “fortaleceu discursos contrários a perspectivas de esquerda nos ambientes universitários e ao globalismo” (Maitino, 2018 apud De Oliveira et al 2021, p. 254).

Gentile (2018) associa o uso das redes sociais e do ciberativismo como estratégias de disseminação do discurso da nova direita, resgatando questões como o ultranacionalismo<sup>21</sup>. Nesse sentido, o autor identifica como parte dessa nova direita que se espalha em grupos difusos, “os evangélicos pentecostais, os institutos liberais como movimentos que deu suporte à vitória de Jair Bolsonaro” (Gentile, 2018 apud De Oliveira et al, 2021, p. 254). Nesse sentido, é necessário entender a categoria do ativismo digital, instrumento principal de comunicação da nova direita. Conforme pesquisadores da área, o ativismo digital pode ser definido como “o engajamento político através da internet, com participação nas decisões políticas e interferência na maneira de as pessoas pensarem” (Villela, 2012; Rigitano, 2003 apud De Oliveira, 2021 p. 258).

Os ativistas digitais ampliam suas ações tradicionais e fazem outras para se aproveitar da rapidez da rede online e atingir um número maior de pessoas para a expansão de suas ideias. Os movimentos sociais usam as plataformas digitais para divulgar suas atitudes e projetos, sem a necessidade do uso dos meios de comunicações tido como tradicionais –

---

<sup>21</sup> De acordo com Sutton Zonzini (2024), o ultranacionalismo, pode ser definido como uma forma extrema de nacionalismo que busca através da coerção afirmar e/ ou manter sua hegemonia, supremacia e controle. Nesse sentido, o ultranacionalismo, pode ser considerado uma característica do fascismo.

televisão, rádio e jornal impresso, entre outros (VILLELA, 2012; BRUGNAGO e CHAIA, 2015; RIGITANO, 2003). Nesse cenário, como destacam Villela (2012), Brugnago e Chaia (2015), e Rigitano (2003), as plataformas digitais podem permitir um ativismo que seja reforçado no ambiente tradicional, reforçando movimentos sociais, ideias, pautas específicas e a busca de uma agenda pública (De Oliveira, 2021, p. 258).

A partir da perspectiva de Brandão (2004), entende-se o discurso como a materialização do processo de interlocução, indo além do simples objetivo de transmitir uma mensagem. O discurso utilizado pela nova direita, são segundo Maingueneau (2006) e Charraudeau (2011), um ponto de ruptura e de criação de significados e estratégias para alcançar suas agendas políticas. “O discurso de enfrentamento, até beligerante [...] reforça um processo autoritário de consolidação de maneiras de se pensar pelos grupos dominantes” (De Oliveira et al, 2021, p.255).

Por fim, identificamos que o uso intenso do ativismo digital como estratégia de comunicação é a principal estratégia de difusão do discurso da direita pela rapidez de disseminação e alcance, além da possibilidade de se utilizar do tráfego pago, uma função que promove maior engajamento e alcance a partir do pagamento a rede social em que está determinado conteúdo. Um dos nomes que melhor utiliza dessa estratégia é o Deputado Federal Nikolas Ferreira<sup>22</sup> (PL), que trataremos mais à frente.

Ao pesquisar a investida neoconservadora sobre a juventude a partir do conteúdo digital dos representantes da juventude conservadora, observa-se que se destacam áreas específicas, são elas: a educação, a partir da defesa de uma educação cada vez mais voltada à religiosidade cristã-evangélica, ao aumento das escolas cívico militar e a constante ameaça de uma suposta doutrinação marxista por parte dos professores.

Nesse sentido, os ataques à população LGBTQIAPN+ e os episódios de racismo que frequentemente assistimos nas mídias demonstram como as políticas neoliberais podem enfraquecer os direitos da juventude. Ao priorizar interesses econômicos e ideológicos sobre a inclusão e a igualdade, essas políticas podem prejudicar ainda mais os jovens que já enfrentam discriminação. Isso resulta

---

<sup>22</sup> Em 2022, foi eleito deputado federal por Minas Gerais pelo PL. Destaca-se como presidente da Comissão de Educação (2024-2025) e atua em comissões como Segurança Pública, Direitos Humanos e CCJC. Filiado ao Partido Liberal, exerce funções como vice-líder da bancada e da oposição. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/209787/biografia>>. Acesso em 25 de maio de 2025.

em um ambiente onde os direitos fundamentais são constantemente ameaçados. Neste capítulo, nos propomos a identificar as principais pautas abordadas pelos representantes da juventude conservadora, analisando a luz do Estatuto da Juventude, se os argumentos utilizados vão contra ou a favor dos interesses da juventude brasileira.

#### 4.1 QUEM REPRESENTA A JUVENTUDE CONSERVADORA?

Nikolas Ferreira de Oliveira, é natural de Belo Horizonte–MG. Foi vereador de Belo Horizonte entre 2020 a 2022, e atualmente está no seu segundo mandato como Deputado Federal pelo Partido Liberal (PL). Nikolas se destaca como principal nome da juventude de extrema-direita, eleito com 1,4 milhões de votos, com um projeto de mandato baseado em pautas morais e conservadoras.

O uso das plataformas digitais como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*, é a principal estratégia de aproximação de Nikolas com seu eleitorado, se utilizando do argumento da identidade de jovem lutando contra um suposto sistema de dominação cultural marxista. Conforme identifica Rodelo (2023):

Aqui se torna claro, como o terreno das redes sociais, visto que essa geração foi criada a partir da presença dela, é muito frutífero para uma disputa de narrativas e significados. Quando trazidos para uma dimensão afetiva, isso fica mais evidente, pois essa comunicação se realiza a partir de processos de identificação, ou seja, esses jovens acreditam em quem eles se identificam no meio digital (Rodelo, 2023, p.15).

Um dos eventos de discriminação que se destacam na atuação do parlamentar ocorreu no período de comemoração do Dia Internacional das Mulheres, que utilizando uma peruca jocosamente, se identificou como “Nicole”, atacando parlamentares e pessoas transexuais com a fala “Mulheres têm perdido espaço para homens que se sentem mulheres”<sup>23</sup> (Rodelo, 2023).

Como parlamentar de grande destaque no cenário nacional, Nikolas desponta como principal interlocutor da juventude conservadora, que se retroalimenta da propagação de notícias falsas e a disseminação do ódio, mantendo uma base fiel de seguidores mobilizada por pautas morais:

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nikolas-e-condenado-a-pagar-r-200-mil-por-fala-em-dia-das-mulheres/>> Acesso em 13 de maio de 2025.

Ademais, com um forte movimento conservador vivo, uma passividade de seu enfrentamento nos meios políticos e sociais, é algo que através da figura de Nikolas é possível de ser entendido como se opera esse mecanismo, quais suas consequências, fins e como se concebeu. Sobretudo a dimensão afetiva desse fenômeno é muito relevante, pois nelas encontramos o sufoco do presente, a ansiedade do futuro e a nostalgia. Além disso, fazem parte de todo processo político comunicacional, dito isso devem ser vistas como parte do universo político que são concebidas e não apenas biologizadas (Rodelo, 2023, p.15).

O interesse de captar o capital político da juventude, vem do objetivo de perpetuação como protagonista no embate político. Em relação às pautas da juventude, o deputado em 2023, publicou um vídeo em suas redes sociais pela criação de uma Frente Parlamentar pela Juventude<sup>24</sup>. O objetivo da Frente Parlamentar é promover ações de formação para incentivar a participação política do jovem a partir do viés político de direita. Entretanto, já existe uma Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que atua em consonância com o Conselho Nacional da Juventude e o EJUVE.

Como principal estratégia de comunicação com seu público, ele utiliza as mídias digitais. A partir das redes sociais, livros, lives, podcasts e entrevistas, Nikolas se destaca por sua oratória e grande capacidade de convencimento, conquistando diversos seguidores ao discutir e debater assuntos considerados polêmicos, em sua maioria no âmbito da moral e do conservadorismo.

Castells (apud Correia 2009, p. 362), ao analisar o processo de transformação das relações sociais a partir do advento da globalização, compreende que o Estado-nação permanece como instituição estrutural, entretanto seu poder, influência e soberania diluem como consequência. Dessa forma, “as instituições democráticas esvaziam-se de legitimidade social, tendo sua identidade seriamente ameaçada.” Nesse sentido, o autor aponta que os movimentos sociais, “despontam como forças renovadoras, colocando em xeque valores conservadores de forte herança autoritária e patrimonialista”. Ora, se por um lado, os movimentos sociais progressistas ganharam força, não se pode negar que os movimentos neoconservadores também se utilizam desses recursos, sendo Nikolas um dos principais expoentes dessa estratégia de comunicação. A partir de 2013, o que se

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://partidoliberal.org.br/nikolas-ferreira-quer-cria-a-frente-parlamentar-pela-juventude/> . Acesso em: 08 de abril de 2025

identifica é que a extrema-direita tem uma capacidade maior de mobilização e engajamento nas mídias digitais do que a esquerda, que tende a perder não só em visualizações, mas no enfraquecimento de suas frentes de luta.

Fora do mundo digital, um dos principais espaços de disseminação do discurso conservador são as igrejas que investem cada vez mais em campanhas políticas a fim de acumular influência política. Este fato se aplica principalmente no campo evangélico-pentecostal com pastores realizando pregações e discursos ao lado de políticos e distorcendo pautas políticas e sociais com elementos espirituais de fé.

O aumento da influência de grupos religiosos, especificamente de caráter evangélico-neopentecostais<sup>25</sup>, inseriu uma fase conservadora as discussões e projetos políticos nos últimos anos. “E quando essa vertente religiosa se vincula a uma vertente política, o país se torna completamente vulnerável aos interesses desses grupos como se fossem seus próprios interesses” (Ferreira, 2020, p. 48).

Temas como a descriminalização do aborto e das drogas, o casamento civil igualitário e a eutanásia sofreram grandes revesses em discussões políticas que deveriam ser pautadas na laicidade do Estado, com o respeito aos direitos humanos, e não na crença religiosa individual de cada parlamentar (Bissiati e Lugatti, 2022)

Historicamente a relação entre Estado e Igreja foi um desafio. No Brasil, a partir da Constituição de 1891, foi firmada a separação entre Estado e Igreja. Porém, esse de fato se dá apenas formalmente, como veremos a seguir. A Igreja continua como forte agente político na conjuntura nacional. De acordo com Bissiati e Lugatti (2022 p. 225), “mesmo que esta divisão não fosse reflexo de profundas rupturas nas relações entre estas esferas, no entanto, poderia abalar o poder de influência da Igreja Católica”.

Como forma de reação e reafirmação de suas crenças, a Igreja católica construiu um discurso sustentado pela dualidade bem/mal, onde o mundo moderno, representado por novas concepções de organização social, era tratado como nocivo e contrário a Deus, aos valores morais, a família e a autoridade. De igual modo, esta dualidade foi utilizada no tocante às religiões que logravam ascensão popular, entre estas o pentecostalismo e o

---

<sup>25</sup> “Neopentecostalismo, como o próprio nome implica, é uma variedade de Pentecostalismo, que é uma forma de Cristianismo que enfatiza a Terceira Pessoa da Trindade, o Espírito Santo, como se pode ver em manifestações miraculosas como o “batismo em espírito”, cura física e comportamento de êxtase, como falar em línguas e semelhantes” (Garrard-Burnnet, 2011, p.178)

espiritismo (Bissiati e Lugatti, 2022, p. 227).

Em relação às Igrejas Evangélicas Pentecostais, a mais antiga do país é a Congregação Cristã, fundada em São Paulo em 1910. Porém, a Congregação Cristã, possui em sua doutrina a aversão “a política e a divulgação midiática de seu entendimento de fé”. Fazendo com que, não tivessem influência política no país. Entretanto, a Assembleia de Deus, fundada em 1911 ao norte do Estado do Pará, se torna até a metade do século XX, na principal igreja pentecostal no Brasil (Bissiati e Lugatti, 2022, p.225)

Se essa influência da religião se desse somente no privado e nas escolhas individuais, não seria uma questão a ser debatida. Entretanto, a inserção de ideias que promovem o individualismo e a moralidade de doutrina religiosa a lei, pelo grupo de parlamentares que se denominam “bancada evangélica” passa a ser uma variável importante no debate de políticas públicas, principalmente no âmbito do “controle dos corpos, condutas de comportamentos, vida e, principalmente, a sexualidade” (Ferreira, 2020, p. 47).

Entender o papel da ideologia como carta política também se faz necessário. Nesse sentido, vale destacar o conceito de ideologia proposto por Isteván Mészáros:

A ideologia como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classes. Ela se constitui como consciência prática inescapável de tais sociedades, vinculada à articulação dos conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais, que se revelam ao longo da história e que se entrelaçam de modo conflitante, encontram suas manifestações no plano da consciência social na grande diversidade do discurso ideológico, relativamente autônomo (mas, de forma nenhuma independente), com seu impacto poderoso mesmo sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (Mészáros, 2008, p. 9).

Em outras palavras, a ideologia não se resume apenas ao conjunto de ideias, mas sim um sistema de representação que inverte a realidade a fim de legitimar a dominação de classes. Marx (1846, p. 8) aponta que a ideologia nada mais é, que o resultado das relações entre os homens e “do seu processo de vida histórico”. Primeiro, partimos da análise da realidade para posteriormente entender as representações das ideologias.

Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (Marx, 1846, p. 9).

O uso da religião pela extrema-direita é articulada “a partir da apropriação da experiência pessoal”, elevando o eu individual e diminuindo o coletivo. Dessa forma, o uso de “mecanismos de controle e inversão da realidade”, promovem o afastamento da população da realidade social, sendo essencial para manutenção da sociedade de classes e do poder. Segundo Ferreira (2020), “a religião é o modo de operação do discurso ideológico da extrema-direita, sendo a forma institucional/instrumental, em outras palavras, é a sua porta-voz” (Ferreira, 2020, p. 51).

Mas como o discurso religioso é recebido pela juventude? Analisando a obra “*O cristão e a política: Descubra como vencer a guerra cultural*” de Nikolas Ferreira (2022), com prefácio escrito pelo Pastor Silas Malafaia, que traz os seguintes excertos:

Quando Hitler assumiu o poder na Alemanha, e Che Guevara o de Cuba, eles queimaram diversos livros e literaturas da antiga cultura, para que esta fosse esquecida e apagada da História. Naquela época, não existiam mídias sociais como as de hoje, restavam apenas os livros. Ainda hoje, com a imensa quantidade de redes online, estamos à merce de perseguições e de cancelamentos de contas. Além disso, há uma alta probabilidade de perdemos a nossa liberdade na internet (Ferreira, 2022, s.p.).

A mente dos nossos jovens precisa estar preparada para contrapor-se aos ataques do Inimigo. Deus nos deu um cérebro: por isso, precisamos usá-lo por completo (Ferreira, 2022, s.p.).

Jesus era socialista? Não, porque ele jamais defendeu uma luta de classes; nunca pediu para alguém pegar em armas para produzir justiça. Pelo contrário, Jesus multiplicou o pão: ele não o dividiu (Ferreira, 2022, s.p.).

A partir das passagens acima, e analisando a partir do conceito de ideologia, percebemos o uso de estereótipos, comparações falsas e a constante narrativa de associar líderes de esquerdas a regimes totalitários, a partir de uma percepção que não considera as especificidades sócio-históricas de cada momento.

Se tornando um argumento problemático e reducionista. No último excerto, há uma clara tentativa em associar a luta de classes a um processo violento, e a demonização do socialismo.

Assim, com a introdução da Teologia da Prosperidade e da extrema direita, ocorre uma exaltação à riqueza e ganhos materiais, distorcendo os ensinamentos bíblicos. As igrejas mudam sua função social, de locais de culto e celebrações de fé, para organizações que funcionam como empresas, com proprietários, metas e arrecadações, além da promoção de um discurso de intolerância a outros grupos sociais.

## **4.2 OS ATAQUES A EDUCAÇÃO, A DEMOCRACIA E A IGUALDADE**

Em entrevista ao Podcast Positivamente (2023)<sup>26</sup>, ao falar sobre a diferença entre a esquerda e direita, Nikolas define ambos os polos políticos, como a direita sendo o movimento que deseja que a influência do Estado na vida do cidadão seja menor, assim tendo mais liberdade. Já a esquerda, ao defender uma centralidade maior no Estado, o indivíduo acabaria perdendo sua essência, sua personalidade, se tornando uma massa de manobra do Estado. Em certo ponto, ele afirma que a direita é conservadora, e que o conservadorismo “é preservar o que é bom” (sic) em oposição a uma esquerda que defende o “assassinato de uma criança dentro do ventre”.

Em outra entrevista no Podcast +1 (2023)<sup>27</sup>, ao analisar a juventude, a universidade e a esquerda Nikolas, admite que o jovem tem força, mas quando não tem um propósito ele se autossabota. O deputado afirma que “a universidade não é para todos”, que ela serve com o objetivo de produção cultural, e que cada um deve ocupar o espaço que é capaz. Após, há uma fala sobre como médicos recém-formados em universidades públicas indicariam processos cirúrgicos de mudança de sexo sem reflexão nenhuma. Na mesma fala, de aproximadamente 5 minutos, ele profere ofensas a Paulo Freire, um dos mais importantes intelectuais brasileiros, sem nenhum argumento sério.

Nikolas, que hoje é presidente da Comissão de Educação do

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4AlggPtD5OQ>>

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DkE-D9JqleQ>>

Congresso Nacional, tem um histórico de ataque as universidades públicas, com a inspiração de Olavo Carvalho, costuma as definir como centros de doutrinação esquerdista, afirmando que cotas raciais não promovem a equidade, e sim um sistema de privilégios para pessoas negras, incentivando o racismo e naturalizando a exclusão de negros e pobres. A maioria dessas ideias serve a um projeto político maior, de desmonte das políticas de inclusão racial e social e a privatização do ensino público.

Segundo Mello (2020) as políticas afirmativas de cunho antirracista para as universidades públicas, ocorrem somente em 2002, a partir da implementação de cotas sociais na Universidade de Brasília. Entretanto, somente em 2012, foi sancionada a Lei Federal Nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas em universidades e institutos técnicos federais para estudantes de escolas públicas, com a distribuição para recortes de renda, raça e pessoas com deficiência. A Lei de Cotas é um dos principais instrumentos de materialização do direito da juventude à educação, previsto nos artigos 28 a 32 do Estatuto da Juventude. Frequentemente criticada pela direita e conservadores por supostamente ferir o princípio da meritocracia, a Lei de Cotas é responsável pela grande inclusão de jovens de classe baixa, negros e estudante de escola pública acessarem o ensino superior.

Outro instrumento de ataque aos direitos da educação promovido pela bancada de direita do Congresso Nacional, foi o Projeto de Lei Escola Sem Partido<sup>28</sup>, que tinha como objetivo a proibição de discussão de temas como gênero, sexualidade e política em sala de aula do ensino fundamental e médio. Segundo os defensores do projeto, debates com crianças e adolescentes sobre desigualdades, diversidade sexual e de gênero tem o objetivo de manipular os alunos por uma ideologia esquerdista-marxista criando uma massa de manobra para os setores da esquerda. O projeto foi arquivado no Congresso Nacional após ampla discussão e manifestação de professores e alunos. Segundo Frigotto (2016):

Ao por entre aspas a denominação de “Escola sem Partido” quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de

---

<sup>28</sup> <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019)> Acesso em 09 de maio de 2025

gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc. Um partido, portanto, que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia liberal, mesmo que nos seus marcos limitados e mais formais que reais. Um partido que dissemina o ódio, a intolerância e, no limite, conduz à eliminação do diferente (Frigotto, 2016, p. 2).

O projeto de lei Escola Sem Partido não avançou, mas suas ideias principais de ataque à educação e da autonomia de cátedra segue forte nos debates entre conservadores. Promovendo ataques a professores e fortalecendo grupos de direita. Resultado direto do Escola Sem Partido é o crescente aumento de escolas cívico-militares no país, que seguem em seus programas pedagógicos premissas muito parecidas com o projeto de lei em questão. Apesar do projeto nacional ter sido arquivado, tentativas nas assembleias legislativas estaduais<sup>29</sup> ocorreram, o que demonstra a necessidade de estar sempre atento a possíveis avanços de políticas de coercitivas.

No dia 16 de março de 2025, em manifestação realizado na Praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de Jair Bolsonaro, Silas Malafaia e outras lideranças da direita brasileira, Nikolas discursou apontando Bolsonaro como o “homem que salvou o Brasil do comunismo” (sic). Acusa o Supremo Tribunal Federal, mais especificamente o Ministro Alexandre de Moraes, de prender injustamente pessoas que estavam no 8 de janeiro de 2023, quando houve a materialização do plano de golpe do Estado planejado por Bolsonaro e sua cúpula, conforme a denúncia da Procuradoria-geral da União<sup>30</sup>. Os ataques ocorreram contra o Ministério Público Federal, utilizando-se de falas machistas e misóginas.

Nikolas, assim como outros representantes da extrema-direita, costumam minimizar a gravidade dos eventos que ocorreram em 08 de janeiro de 2023, espalhando desinformação sobre uma possível infiltração de militantes de esquerda na invasão das sedes dos três poderes em Brasília, e alimenta o discurso de que a direita é perseguida pelos ministros do STF, principalmente por Alexandre de Moraes.

Em seu próprio canal do youtube, com o título “O real perigo da

---

<sup>29</sup> Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/02/05/lei-escola-sem-partido-e-promulgada-e-m-porto-alegre-apos-silencio-de-prefeito.ghtml>>. Acesso em 09 de maio de 2025.

<sup>30</sup> Disponível em:

<<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/pgr-denuncia-34-pessoas-por-atos-contrario-estado-democratico-de-direito>>

Ideologia de Gênero”<sup>31</sup> publicado em 3 de agosto de 2020, Nikolas, inicia dando um conceito sobre o que é ideologia de gênero, de forma extremamente rasa, repudia a tese de que o gênero é constituído como uma construção social. Scott (1995, p. 86), define gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Mas, para Nikolas, o fator biológico é o determinante da definição do gênero de um indivíduo, e do ponto de vista da esquerda, o ser-humano pode simplesmente escolher qualquer gênero que queira. E essa escolha faz parte de uma estratégia de manipulação da esquerda de controle da sociedade. Para ele, a verdade está apenas no que se pode, logo, se você se parece como um homem biologicamente, o seu gênero é masculino. Para isso, são utilizados como argumentos, comparações equivocadas e descontextualizada com diversas outras situações de saúde como nanismo e obesidade e comparando a transexualidade com a zoofilia. Também é utilizado em seu discurso elementos religiosos, por exemplo, ao defender a ilegalidade do casamento homoafetivo<sup>32</sup>, o compara com a poligamia, afirmando que a esquerda se utiliza do ativismo LGBTQIA+ para um projeto de poder e que o casamento real é somente aquele entre homem e mulher. O deputado faz um jogo de palavras, afirmando não utilizar a bíblia como argumento, ao mesmo tempo que diz que o casamento natural, no ponto de vista, daquele criado por Deus serve como propósito de reprodução da sociedade.

A defesa da família nuclear tradicional, composta por homem e mulher e dos papéis tradicionais de gênero, é um dos pilares do pensamento conservador e moderno. Retomando Barroco (2009), a autora posiciona a família na centralidade do poder. Mais adiante, Ferreira (2016) argumenta que as questões de gênero e sexualidade,

figuram como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador contemporâneo, que se apresenta na vida cotidiana através dos sistemas de normas, signos, linguagem e sistemas de usos. Alguns pressupostos são necessários para defender esta tese: i) a história da sexualidade e do gênero é uma história de controle e repressão dos corpos e das suas possibilidades de nascentes de prazer; ii) o sistema de sexo/gênero, fundado, entre outros princípios, na noção binária (masculino/feminino), na iconografia da diferenciação e na

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JfOyYNif4zk>

<sup>32</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_rd25SY-oxE](https://www.youtube.com/watch?v=_rd25SY-oxE)

complementaridade sexual, é o que estabelece a primeira interação do sujeito no social (através da anúncio do gênero ainda durante a gravidez); iii) a constituição de uma sociedade que toma por referência a heterossexualidade e a cisgeneridade<sup>9</sup>, e os papéis sociais baseados nos sexos são a principal organização da vida objetiva/subjetiva e refletem diretamente na forma e conteúdo da reprodução dos demais aparelhos ideológicos (leis, línguas, religião, etc.) (Ferreira, 2016, p.171–172).

Concluindo, identifica-se que o uso de pautas de costumes e do âmbito da moralidade é comumente utilizado para conquistar e mobilizar os seguidores. Sempre utilizando de argumentos que promovem o medo e disseminam a ideia de um suposto fim das estruturas tradicionais, como o casamento e a religião. Dessa forma, inflamam a população a uma postura preconceituosa, que em muitas vezes se expressa em violência. Assim, a materialização do conservadorismo, a partir de propostas legislativas como o Escola sem Partido e a Proibição do Casamento homoafetivo são ataques diretos aos direitos sociais já conquistados pela juventude.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como o projeto político da nova direita brasileira se manifesta a partir de um movimento da juventude conservadora. Em que representantes jovens na esfera institucional utilizam de suas plataformas digitais para defender um projeto político que combina neoliberalismo econômico, autoritarismo político e um moralismo que naturaliza a exclusão social.

A partir das Jornadas de Junho (2013), em que as pautas difusas foram capturadas por grupos conservadores, a baixa aprovação do governo Dilma e a crise econômica foram elementos ideais para a reorganização da extrema-direita brasileira após o movimento de impeachment da presidente Dilma Rousseff. E a participação de uma juventude conservadora no espaço político se torna cada vez mais evidente. O jovem além de representar um novo futuro, também carrega elementos simbólicos de mudança e transformação da sociedade. O conservadorismo tradicional na sociedade brasileira, marcado pelo racismo, preconceito de classe e horror ao comunismo, se une à cartilha neoliberal cujo objetivo é extinguir o papel do Estado social e os direitos sociais, atribuindo a ele um papel de coercitivo e de controle social.

A mudança histórica na forma em como o Estado brasileiro trata sua juventude, passou por mudanças significativas ao longo dos anos, da perspectiva tutelar e do controle social, principalmente aos jovens de baixa renda, que eram percebidos como infratores para uma perspectiva que considera os jovens sujeitos de direitos. A partir do Estatuto da Juventude esta perspectiva ganha força e corpo através das políticas públicas para juventude, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares, buscando promover sua autonomia, participação social e política. Entretanto, esses direitos já consolidados na legislação se tornam ameaçados diariamente a partir do discurso de jovens conservadores que nomeiam como representantes da juventude.

A partir do contexto analisado, apontamos alguns desafios para a atuação do Serviço Social frente à conjuntura de desmonte das políticas públicas e direitos sociais da juventude. Primeiro, o Serviço Social é confrontado por ideologias opostas aos direitos e avanços sociais, como o neoconservadorismo, a partir do discurso que naturaliza a desigualdade e defende pautas antidemocráticas e punitivistas. Assim, a defesa do projeto ético-político da profissão, o pensamento social crítico e a autonomia do assistente social se mostra comprometida diante a realidade social que se contrapõe às relações de contradição salarial entre empregado e empregador (Mioto e Nogueira, 2013).

Segundo, o confronto direto do desmonte e precarização, já que o contexto de retração dos direitos sociais da juventude manifesta novas expressões da questão social que atingem a juventude, solicitando novas formas de atuação profissional a partir da criação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Terceiro, a superação da visão adultocêntrica, é necessário superar a ideia da juventude como tutela da sociedade, reconhecendo sua pluralidade e singularidades. O trabalho deve ser feito com a participação da juventude, e não apenas para a juventude (Sander, 2014).

Quarto e último desafio, é promover a participação juvenil em um cenário adverso: a participação da juventude na vida política é um princípio fundamental do EJUVE e um compromisso do Serviço Social. O desafio é viabilizar essa participação ativa e efetiva em um contexto em que há forças políticas que buscam miná-las.

Desde a redemocratização, a representação das juventudes nos espaços institucionais foi escassa. Enfrentando, com a emergência de um movimento conservador juvenil, que assume como ideologia principal o reformismo conservador, defendendo a manutenção da ordem burguesa via agendas punitivistas, antipopulares e antidemocráticas. A visão neoconservadora, que identifica as expressões da questão social como consequência de uma “desagregação moral”, contribui para um tratamento punitivo, não baseado na justiça social. Discursos e pautas promovidas por essa juventude conservadora organizada, como a iniciativa da redução da maioria penal e a ameaça a outros direitos (como casamento homoafetivo e direitos reprodutivos de crianças e adolescentes), afrontam os direitos garantidos no EJUVE (Barroco, 2015, p.615).

Isso cria um ambiente onde os direitos fundamentais dos jovens, especialmente aqueles que já enfrentam discriminação, são constantemente ameaçados.

Portanto, a questão social e a vulnerabilidade afetam os jovens brasileiros não apenas por condições materiais precárias (pobreza, trabalho, educação, violência), mas também mediante discursos e ações políticas que buscam deslegitimar e dismantelar as políticas e os direitos duramente conquistados, perpetuando visões que historicamente associaram a juventude a um "problema" a ser controlado. Os dados revelam a urgência de políticas específicas que garantam o acesso e a permanência dos jovens em diversas áreas, como educação, trabalho, proteção social e segurança, como uma questão de direitos, equidade e justiça social. Para o Serviço Social brasileiro, é preciso ir além da atuação em políticas públicas, e sim compreender e confrontar as ideologias opostas aos direitos e avanços sociais. A luta pelos direitos da juventude é contínua e enfrenta desafios políticos e ideológicos permanentes.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 45.

ABRAMO, H. W. Espaços de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de informação legislativa**, v. 41, n. 163, p. 131-151, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 623-636, 2015.

BISSIATI, Silva; LUGATTI, Edson. Religião e política no Brasil: o populismo religioso de direita em Jair Bolsonaro. **Cadernos Argentina Brasil**, v. 11, 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia & Sociedade**, v. 15, p. 57-96, 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Estatuto da Juventude: Lei nº 12.852, de agosto de 2013. **Secretaria Nacional da Juventude**. - Brasília: SNJ, 2014. 48p. ISBN 978-85-85142-40-7

CLEMENTINO, Josbertini Virginio; CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. Os jovens e as políticas públicas de juventude: olhares e trajetórias. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 1, n. 02, p. 216-238, 2011.

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 1.**, 2008, [Local não especificado]. *Relatório de deliberações*. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/relatorio\\_d\\_e\\_liberacoes\\_1\\_conferencial\\_juventude.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude/relatorio_d_e_liberacoes_1_conferencial_juventude.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2.**, 2011, Brasília, DF. *Relatório final*. [S. l.]: [s. n.], 2011. Disponível em:

[https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Texto\\_apresentacao\\_2o\\_CNJ\\_2011.pdf](https://siac.fpabramo.org.br/uploads/acaoinstitucional/Texto_apresentacao_2o_CNJ_2011.pdf). Acesso em: 21 abr. 2025

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 3.**, 2016. *Resolução final*. [S. l.]: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/biblioteca/3a-conferencia-nacional-de-juventude-e-solucao-final/>. Acesso em: 21 abr. 2025

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 4.**, 2023, Brasília. *Documento*. [S. l.]: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/dezembro/4a-conferencia-nacional-de-juventude-reune-jovens-de-todo-brasil-em-debate-sobre-politicas-publicas-de-8-anos-da-ultima-edicao>. Acesso em: 21 abr. 2025

CORREIA, Claudia. Desafios da Comunicação para o Serviço Social. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 358-374.

DA SILVA SILVA, José Fernando Siqueira. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 35, p. 99-125, 2015.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DE MELLO, Ana Carolina Tavares. Negro, educação e ações afirmativas: ainda precisamos falar sobre isso. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: desafios contemporâneos; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 2019. **Anais**. 2019. p. e3004-e3004.

DE MORAIS, Jennifer Azambuja; DA ROCHA, Patrícia Figueiredo; ZANIN, Isabella Rocha. A ascensão da extrema direita pós-mobilizações de 2013 no Brasil: uma análise da cultura política dos jovens em Porto Alegre/RS. **Plural**, v. 31, n. 2, 2024.

DE OLIVEIRA ARAÚJO, Rogério; BARROS, Renata Furtado; PEREZ, Olivia Cristina. Jovens e opinião sobre política: Semelhanças e diferenças entre as juventudes de direita e de esquerda no Brasil. **Studia Politicae**, n. 57, p. 41-57, 2022.

OLIVEIRA, Michel Baltazar de. **A ideologia conservadora no parlamento: o discurso da direita na Câmara dos Deputados (2011-2019)**. 2023. 1 recurso online (257 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:  
<https://hdl.handle.net/20.500.12733/9851>. Acesso em: 28 fev. 2025

DE OLIVEIRA LEOPOLDINO, Michelly et al. Desmontar direitos constitucionais: velho novo projeto da classe dominante brasileira. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 7822-7835, 2020.

DE OLIVEIRA, André Silva; DE MESSIAS LEITE, Breno Rodrigo; MARQUES, Rodolfo Silva. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. **Em Tese**, v. 18, n. 2, p. 245-269, 2021.

DOS SANTOS, Cristiano Lange; SCHMIDT, João Pedro. Juventudes, eleições e partidos políticos: sub-representação de jovens nas eleições de 2010, 2014 e 2018. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 11, n. 1, p. 128-151, 2023.

DOWNEY, John; FENTON, Natalie. New media, counter publicity and the public sphere. **New Media & Society**, v. 5, n. 2, p. 185-202, 2003. Disponível em:  
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444803005002003>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FELINTO, E. “Me parecer verdadeiro pelo contexto”: Olavo de Carvalho, conspiracionismo e a desinformação como programa político. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 1, p. 12-30, 2023. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28143>

FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Lutas sociais**, v. 20, n. 36, p. 166-178, 2016.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. Evangélicos e extrema direita no Brasil: um projeto de poder. **Revista Fim do Mundo**, n. 1, p. [s. p.], jan.-abr. 2020.

FERREIRA, Nikolas. **O cristão e a política**: descubra como vencer a guerra cultural. [S. l.]: Editora Vida, 2023.

FRASER, Nancy. Politics, culture, and the public sphere: Toward a postmodern conception. In: **Social postmodernism: beyond identity politics**. 1995. p. 291-295.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola sem partido”: imposição da mordação aos educadores. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 29, n. 6, 2016.

GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no

Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GARRARD-BURNETT, Virginia. A vida abundante: A Teologia da Prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 2011.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 92-110, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. D.; MOREIRA, J. A. da S. Análise das orientações políticas para o ensino médio no Brasil (1998-2012): ofensiva empresarial-conservadora sobre a formação da juventude. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-27, 2022.

DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659809. Disponível em: <https://bityli.com/sEMuQ>. Acesso em: 30 mar. 2022.

HAUCK, Juliana C. Rosa. **Think Tanks: Quem São, Como Atuam e Qual seu Panorama de Ação no Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica**. 29. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2009.

LEMOS, Carolyne Santos. Teologia da prosperidade e sua expansão pelo mundo. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, São Paulo, v. 11, n. 20, p. 80-96, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo>.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza e Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MAITINO, Martin Egon. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural**, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2018.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCHESANO, Gabriel Shimith. **MBL e as think tanks nas influências para o impeachment de 2016 até as eleições de outubro de 2018, em comparação e perspectiva do pensamento de Antonio Gramsci**. [S. l.]: [s. n.], [s. d.].

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 3, p. 41-50, 2001.

Nikolas Ferreira +1Podcast #113. Apresentadores: Diego Delari, Eric Surita e Alba Expider. Publicado em 22 de julho de 2022. Podcast +1. Youtube. [S.l.] Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=xjQ111H4C0k>>. Acesso em 04 abr 2025.

NOVAES, Regina. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. **Juventude e contemporaneidade**, p. 253-281, 2007.

OURÍVEIS, Maíra et al. Movimento Passe Livre e as manifestações de 2013. In: . **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**, p. 141, 2016.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, ANPEd, n. 5/6, 1997.

Positivamente com Nikolas Ferreira. Apresentadora: Karina Bacchi. Publicado em 22 de junho de 2022. Podcast Positivamente. Youtube. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4AlggPtD5OQ>>. Acesso em 04 abr 2025

RIGITANO, Maria Eugênia Cavalcanti. Redes e ciberativismo. In: SEMINÁRIO INTERNO DO GRUPO DE PESQUISA EM CIBERCIDADES, 1., 2003, FACOM

UFBA. **Anais...** [S. l.]: [s. n.], 2003. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberactivismo.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberactivismo.pdf). Acesso em: 8 maio 2025.

ROCHA, Camila. **"Menos Marx, mais Mises"**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODELO, Francisco Alves. Nikolas Ferreira e a (auto)identificação de uma juventude conservadora. 2023. Monografia (Curso de Comunicação Social - Jornalismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023.

SANDER, Cristiane; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Transversalidade, intersectorialidade e trabalho em rede na política de juventude: novas demandas para o Serviço Social. **Emancipação**, v. 19, n. 1, p. 1-12, 2019.

SANTOS, L. I. C.; YAMAMOTO, O. H. Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o estatuto da juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 16, n. 2, p. 657-668, 2018. DOI: 10.11600/1692715x.16201.

SANTOS, Leandro Machado. **À Direita da Juventude: o processo de renovação neoliberal no Brasil visto a partir da atuação política do MBL - Movimento Brasil Livre. 2019.** 152 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica / Nova Iguaçu - RJ, 2019.1

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, v. 4, n. 1, p. 14-29, 2020.

SILVA, Roselani; SILVA, Vini. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVEIRA, Marcelo. **O discurso da Teologia da Prosperidade em Igrejas Evangélicas Pentecostais: estudo da retórica e da argumentação no culto religioso.** 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, S. V.; CODAS, G.; KAYSEL, A. **Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23-40, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista brasileira de educação**, p. 16-39, 2003.

SUTTON ZONZINI, Marcela. As raízes da direita ultranacionalista na Itália: análise das condições políticas, sociais e econômicas à luz do possível ressurgimento do fascismo. **Revista Data Venia**, v. 17, n. 2, p. 21-48, 2024. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/datavenia/article/view/468>.

VICENTE, Jonnathan Gomes; DE AZEVEDO, Mauro Lopes. Jornadas de junho: polarização, fanatismo e as mudanças no cenário político no Brasil. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 5, n. 6, 2018.

VIEIRA, Ana Laura de Castro et al. **Os embates provocados pelo Escola sem Partido:**

relações entre o fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo no Brasil (2004-2019). [S. l.]: [s. n.], 2024.

VILLELA, Marina Cruz Vieira. **Ativismo digital**: um estudo sobre blogs ativistas. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.